INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

COMO TRANSFORMAR A ECONOMIA NA AMAZÔNIA:

Aprendizados de iniciativas com envolvimento comunitário

Sumário

Introdução 1

O que as experiências de sucesso ensinam 3

Lição 1. Integração de saberes e inovação
Projeto Ochroma 3

Lição 2: Comércio justo e gestão comunitária
Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) 9

Lição 3: Inserção em mercados globais e valorização cultural
Cooperativa Kallari 15

Lição 4 : Agroflorestas regenerativas e assistência técnica
Belterra Agroflorestas 20

Lição 5: Consolidação de cadeias de valor sustentáveis e rastreáveis
Rede Origens Brasil 25

Lição 6: Fomentando escalabilidade e suporte a empreendedores de impacto
Aceleradora Amaz 30

Escalar a bioeconomia na Amazônia: Recomendações para a sustentabilidade e prosperidade na região 35

Anexo 39

Notas de fim 41

COMO TRANSFORMAR A ECONOMIA NA AMAZÔNIA:

Aprendizados de iniciativas com envolvimento comunitário

Introdução

Esta publicação apresenta uma análise de seis iniciativas com envolvimento comunitário na Amazônia, organizadas em torno de lições práticas que respondem a desafios interconectados enfrentados na região. Entre esses desafios, destacam-se o avanço do desmatamento, a intensificação das atividades ilícitas, a pressão sobre territórios protegidos, a perda da biodiversidade, as barreiras ao acesso a mercados qualificados, a precariedade da infraestrutura e a escassez de oportunidades econômicas que promovam a autonomia local. Diante dessa realidade, as iniciativas analisadas evidenciam o vasto potencial da bioeconomia e das soluções baseadas na natureza, demonstrando como a gestão sustentável dos recursos biológicos, a restauração de ecossistemas e o fortalecimento de cadeias produtivas éticas podem gerar impactos positivos de longo prazo, conciliando conservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico inclusivo. Por envolvimento comunitário, entende-se o esforço deliberado de incluir as comunidades no planejamento, na tomada de decisões e na execução de ações que dizem respeito diretamente a elas e suas necessidades. Esse envolvimento pressupõe a construção de relações baseadas em parceria, diálogo e corresponsabilidade entre as pessoas do território e seus aliados – empreendedores, especialistas ou redes que com elas se articulam para a geração de impacto socioambiental positivo.

As experiências selecionadas ilustram lições práticas por meio do detalhamento das estratégias adotadas, dos impactos alcançados, dos desafios enfrentados e das oportunidades de escalabilidade – do local ao global. Apesar das particularidades de cada iniciativa, elas compartilham elementos em comum que favorecem a transformação dos territórios. Entre esses elementos, destacam-se o fortalecimento da organização comunitária, a adoção de modelos produtivos inovadores, a capacitação técnica e a inserção em mercados qualificados. Esses fatores-chave têm se mostrado cruciais para criar novas oportunidades econômicas e promover a valorização dos recursos locais. Em diferentes contextos, contribuem para superar barreiras estruturais, ampliar a autonomia dos atores locais e fortalecer suas capacidades de resposta frente aos desafios socioambientais.

Os casos analisados abordam diferentes dimensões da sustentabilidade. O **Projeto Ochroma** e a **Belterra Agroflorestas** demonstram como práticas regenerativas podem recuperar áreas degradadas e gerar oportunidades econômicas viáveis para as comunidades frente a atividades de alto impacto ambiental. A **Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc)** e a **Cooperativa Kallari** fortalecem a gestão comunitária e a valorização de cadeias produtivas sustentáveis, garantindo maior autonomia aos produtores locais. Já a **Rede Origens Brasil** e a **Aceleradora Amaz** evidenciam o papel das redes colaborativas na ampliação de mercados éticos e na criação de um ecossistema favorável ao empreendedorismo de impacto.

Mais do que um registro de boas práticas, esta publicação busca identificar e sistematizar lições que possam ser adaptadas e replicadas em diferentes contextos, ampliando o impacto da bioeconomia para além da Amazônia. Ao combinar saberes tradicionais, inovações e novas dinâmicas de mercado, as experiências analisadas demonstram que é possível construir modelos econômicos mais resilientes, inclusivos e alinhados à conservação da floresta.

Para organizar essa análise, a publicação está estruturada em duas seções. A primeira examina as seis iniciativas selecionadas, destacando as estratégias adotadas e as lições extraídas de sua implementação. Essas experiências oferecem um panorama do que tem funcionado na prática, destacando abordagens complementares. A segunda seção reúne sete recomendações, abordando temas como capacitação técnica, financiamento e políticas públicas, para potencializar o impacto dessas iniciativas e criar condições para que novos modelos sustentáveis possam emergir e se consolidar. A metodologia utilizada para a seleção e análise dos casos está detalhada no Anexo.

O que as experiências de sucesso ensinam

Lição 1. Integração de saberes e inovação
Projeto Ochroma

A integração de saberes tradicionais e científicos pode criar soluções inovadoras que atendem de forma eficaz aos desafios globais e locais. O Projeto Ochroma demonstra como a substituição do mercúrio na mineração artesanal de ouro, combinada ao cultivo sustentável do pau-de-balsa, pode se tornar o ponto de partida para uma transição econômica e ambiental mais ampla, promovendo a subsistência das comunidades, a diversificação econômica e práticas regenerativas.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Desenvolver soluções sustentáveis para reduzir o impacto da mineração artesanal, substituindo o mercúrio pelo bioextrato derivado do pau-de-balsa.
Problema	→	A contaminação ambiental e os riscos à saúde de comunidades amazônicas decorrentes do uso do mercúrio na mineração artesanal, além da desvalorização da agricultura familiar e da ausência de alternativas econômicas viáveis.
Local de atuação	→	Comunidades do Médio Madeira, no Amazonas, com foco em territórios impactados pela mineração artesanal e pela degradação ambiental.
Estratégias-chave	→	Desenvolvimento de bioextrato derivado do pau-de-balsa (Ochroma pyramidale), integração da matéria-prima nos sistemas agroflorestais e criação de viveiros comunitários.
Impactos gerados	→	Alternativa viável e replicável ao uso do mercúrio na atividade minerária, garantindo segurança alimentar para as comunidades.
Parcerias estratégicas	→	Colaboração com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Militar de Engenharia (IME), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Perspectivas de futuro	→	Expansão do financiamento para pesquisa e o aprimoramento da solução para mitigar os impactos ambientais e sociais da mineração artesanal em outras regiões.

Local de atuação do Projeto Ochroma

Comunidades do Médio Madeira, no Amazonas, com foco em territórios impactados pela mineração artesanal e pela degradação ambiental.

Brasil

II. Contexto e desafios enfrentados

Desde os anos 1950, a mineração ilegal de ouro[1] tem deixado marcas profundas na região do rio Madeira. Os picos de atividade ocorreram nas décadas de 1980[2] e, mais recentemente, em 2020,[3] impulsionados pela alta global no preço do ouro e pela permissividade regulatória e política da atividade no país. A extração do minério não apenas provoca a devastação de ecossistemas, mas também impacta profundamente as dinâmicas sociais e econômicas das comunidades locais.

Um dos aspectos mais críticos dessa atividade é o uso indiscriminado do mercúrio na mineração artesanal e de pequena escala, especialmente na Amazônia. O metal é utilizado no processo de amalgamação, facilitando a separação do ouro dos sedimentos. No entanto, essa técnica libera grandes quantidades de mercúrio no ambiente, contaminando solos, rios e a atmosfera. Nos cursos d'água, o mercúrio pode se transformar em metilmercúrio, uma neurotoxina altamente perigosa que alcança a cadeia alimentar. Como consequência, populações ribeirinhas e indígenas que dependem do pescado para subsistência enfrentam sérios riscos à saúde e à segurança alimentar.

Os efeitos da exposição ao mercúrio são severos e muitas vezes irreversíveis. Estudos associam altos índices de mercúrio a danos neurológicos, déficits cognitivos, distúrbios motores e comprometimento do desenvolvimento fetal.[4] Para reduzir esses impactos, o Brasil é signatário da Convenção de Minamata, que impõe restrições à comercialização e ao uso do metal. No entanto, a fiscalização limitada e o contrabando continuam facilitando sua circulação ilegal, tornando-o um dos principais vetores de degradação ambiental ligada à mineração ilegal.[5]

Nas balsas garimpeiras no rio Madeira, o mercúrio é misturado ao chamado "pó de ouro" em tambores de concentração, formando uma amálgama. Em seguida, essa liga é aquecida para que o mercúrio evapore, restando apenas o ouro puro. Realizado sem medidas de segurança adequadas, esse processo expõe os trabalhadores a sérios riscos de intoxicação por mercúrio e libera o metal no ambiente.

Em um contexto marcado pelo isolamento geográfico, pela escassez de empregos formais e pela falta de apoio à agricultura familiar, o garimpo surge como uma das poucas alternativas viáveis de geração de renda. Dificuldades para produzir, escoar e comercializar produtos agrícolas tornam a mineração ilegal uma opção atrativa, por oferecer retorno financeiro mais rápido e mais elevado, ainda que à custa da saúde e do meio ambiente.

Como apontado pela professora Marta Pereira, que lidera o Projeto Ochroma, muitos extrativistas de minérios das comunidades, especialmente no Médio Madeira, atuam de forma sazonal, aproveitando o período de seca, quando o nível do rio está mais baixo e a extração é possível com recursos limitados. Essa dinâmica difere de outras regiões do Brasil, onde os garimpos ilegais exigem grandes investimentos em maquinário e infraestrutura. Contudo, a expansão da atividade no rio Madeira tem provocado uma resposta repressiva do Estado,[6] sem a devida implementação de políticas públicas ou programas de apoio aos pequenos extrativistas. Segundo a professora: "O que a gente quer é que se ache uma forma de tirar eles de lá, mas, enquanto a gente não consegue, que pelo menos a gente não esteja colocando mercúrio no meio, até que a gente consiga ter realmente uma política pública."

Ao realizar um diagnóstico das condições locais, o Projeto Ochroma reconheceu que a mineração ilegal é um problema que exige uma abordagem integrada. A proposta não

se limita ao combate à contaminação por mercúrio, mas busca oferecer alternativas que atendam às necessidades socioeconômicas das comunidades. Nesse contexto, o pau-de-balsa (Ochroma pyramidale), planta nativa da Amazônia, foi identificado como elemento central para uma transição econômica e ambiental, ao reunir práticas regenerativas, geração de renda e segurança alimentar.

III. Estrutura da iniciativa

> *"Começamos a fazer os testes e depois marcamos reuniões. O primeiro workshop que organizamos foi em Manicoré (AM). Quando cheguei na Câmara de Vereadores, fiquei surpresa porque eram quase 500 mineradores. Eu diria que, se 100% das pessoas que trabalham ali tivessem a oportunidade de não prejudicar o meio ambiente, elas fariam. Elas estão dispostas a trabalhar, a mudar, a aprender. A gente teve uma aceitação muito grande, fomos recebidos em todo tipo de ambiente. Lá, nas balsas deles, todos querem ajudar."*
>
> **– Marta Regina Pereira,** coordenadora do Projeto Ochroma.

Diante dos desafios impostos pela mineração ilegal e pelo uso intensivo de mercúrio no rio Madeira, o Projeto Ochroma foi idealizado pelos professores Marta Regina Pereira (Universidade do Estado do Amazonas) e Wanderley Pereira Bastos (Universidade Federal de Rondônia), com base em mais de três décadas de pesquisa científica sobre a contaminação por mercúrio nos rios da região. Desde 2017, o projeto utiliza folhas de pau-de-balsa para produzir um bioextrato que oferece uma alternativa sustentável ao mercúrio na extração de ouro.

A escolha do pau-de-balsa não foi acidental. Estudos demonstraram que suas características químicas e estruturais permitem a separação eficiente do ouro, sem os impactos tóxicos associados ao mercúrio. Essa planta, amplamente presente na Amazônia e em outras regiões neotropicais, já era utilizada de forma artesanal como alternativa ao mercúrio por comunidades afrodescendentes e indígenas em Chocó,[7] na Colômbia. A prática, desenvolvida ao longo de gerações, consolidou-se como um método sustentável e seguro.

Inspirado por esse conhecimento tradicional, o projeto buscou integrar ciência e saberes locais, respeitando as especificidades culturais e promovendo inovação de forma inclusiva. Além do uso na mineração, o pau-de-balsa é reconhecido por seu crescimento rápido e pela leveza de sua madeira, sendo amplamente empregado em sistemas agroflorestais e na recuperação de áreas degradadas. Essa versatilidade reforça sua viabilidade como um recurso sustentável.

A combinação entre saberes científicos e tradicionais tem sido fundamental para o desenvolvimento do projeto. Desde o início, a equipe realizou visitas às comunidades e balsas de garimpo, promovendo diálogos com moradores e extrativistas para compreender suas necessidades e dinâmicas de trabalho. Essa abordagem colaborativa não apenas construiu uma relação de confiança mútua, mas também revelou o interesse das comunidades em adotar práticas mais sustentáveis e contribuir para o avanço das pesquisas, seja por meio do fornecimento de amostras, seja pela disposição de aprender novas técnicas.

Para evitar a extração predatória da planta, o projeto adotou Sistemas Agroflorestais (SAFs) como base para sua produção. Nos viveiros estabelecidos pelas comunidades do Médio Madeira com o apoio do projeto, o pau-de-balsa é cultivado em consórcio com outras espécies vegetais e culturas alimentares, promovendo o reflorestamento aliado à produção agrícola.

Um dos pilares do Projeto Ochroma é garantir que o bioextrato desenvolvido seja de patente livre, permitindo que as comunidades ribeirinhas o produzam e utilizem de forma autônoma. Essa estratégia visa não apenas reduzir o uso de mercúrio na mineração artesanal, mas também criar oportunidades para geração de renda e subsistência das famílias, fortalecendo sua autonomia e resiliência econômica.

Atualmente, 15 viveiros comunitários foram implantados com apoio técnico do projeto e são gerenciados de forma independente pelas comunidades. Nesses espaços, são cultivadas mudas de pau-de-balsa e de outras espécies frutíferas e alimentares. Os viveiros cumprem um papel duplo: fornecem a matéria-prima para o bioextrato substituto do mercúrio e contribuem para a revitalização da agricultura familiar. Reconhecendo que a produção isolada não é suficiente para assegurar transformações duradouras, o projeto também investe no planejamento estratégico da cadeia produtiva. Isso inclui capacitação técnica e o fortalecimento de associações comunitárias, com o objetivo de facilitar o acesso das comunidades a mercados estruturados e à comercialização eficiente de seus produtos.

IV. Impactos e resultados concretos

O Projeto Ochroma apresenta grande potencial para impulsionar uma transição ambiental e econômica, ao introduzir o pau-de-balsa como alternativa sustentável para reduzir – e, futuramente, eliminar – o uso de mercúrio na mineração artesanal. Atualmente em fase de testes, a substituição do mercúrio pelo bioextrato de pau-de-balsa representa uma inovação promissora, capaz de mitigar uma das principais fontes de contaminação dos rios da região e reduzir os riscos à saúde dos mineradores artesanais expostos ao metal tóxico.[8]

Além de mitigar os impactos, essa inovação pode agregar valor ao ouro produzido sem mercúrio, ampliando seu acesso a mercados que priorizam práticas sustentáveis e incentivando uma comercialização mais transparente. Essa transição tem o potencial de aumentar a responsabilidade na cadeia produtiva e contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades locais, oferecendo uma alternativa viável e responsável à mineração ilegal.

O impacto do Projeto Ochroma vai além da substituição do mercúrio, promovendo transformações mais amplas nas práticas produtivas. A segurança alimentar e a resiliência econômica das comunidades têm sido fortalecidas com a implementação de SAFs e a diversificação das fontes de renda. Desde o início da iniciativa, mais de 5 mil pessoas em 15 comunidades já foram diretamente beneficiadas.

O distrito de Capanãzinho, na zona rural de Manicoré (AM), exemplifica os impactos concretos do projeto. Com cinco viveiros estruturados na região e uma parceria com a Secretaria de Saúde de Manicoré, as comunidades aumentaram a produtividade de alimentos nos sistemas agroflorestais, promovendo práticas agroecológicas livres de agrotóxicos e com o incentivo à mecanização. As comunidades de Capanãzinho também estão avançando na estruturação de um projeto de créditos de carbono, enxergando essa alternativa como um caminho viável para fortalecer a gestão territorial e gerar benefícios financeiros de longo prazo.

Administrando uma área de 23 mil hectares, dos quais menos de 4 mil são utilizados, a comunidade busca consolidar práticas de conservação e reflorestamento, com a perspectiva de reinvestir os recursos gerados no fortalecimento da agricultura, por meio da mecanização sustentável das roças e da melhoria da infraestrutura local. A iniciativa tem o potencial de reduzir a dependência da mineração ilegal,[9] criar novas oportunidades de geração de renda e aumentar a resiliência socioeconômica da região.

A capacidade de organização e mobilização das comunidades tem sido um fator-chave para consolidar o impacto do Projeto Ochroma. Até o momento, mais de 20 associações foram formalizadas, ampliando o acesso a recursos, financiamentos, equipamentos e projetos. Esse processo fortalece a autogestão comunitária e contribui para que os benefícios do Projeto Ochroma se mantenham sustentáveis no médio e longo prazo.

Outra iniciativa fundamental tem sido a doação de mudas florestais e frutíferas para comunidades da região, associada à realização de oficinas de educação ambiental. Essa frente de trabalho gerou um efeito multiplicador: comunidades com viveiros implantados têm adotado e replicado essas práticas, promovendo a expansão voluntária do modelo e fortalecendo redes de cooperação para a regeneração ambiental e o desenvolvimento sustentável.

V. Implementação e continuidade

> *"Temos mais de 100 comunidades que querem ter viveiros, além das 14 que já fizemos. Ficamos com o coração apertado porque queremos muito atender todas, mas esbarramos na questão do financiamento. As comunidades se inscrevem e mandam mensagens; algumas até enviam ofícios formais. Temos até ofícios das comunidades indígenas pedindo os viveiros. Isso mostra o quanto há uma demanda enorme, mas, infelizmente, ainda não conseguimos atender todo mundo."*
>
> **– Marta Regina Pereira,** coordenadora do Projeto Ochroma

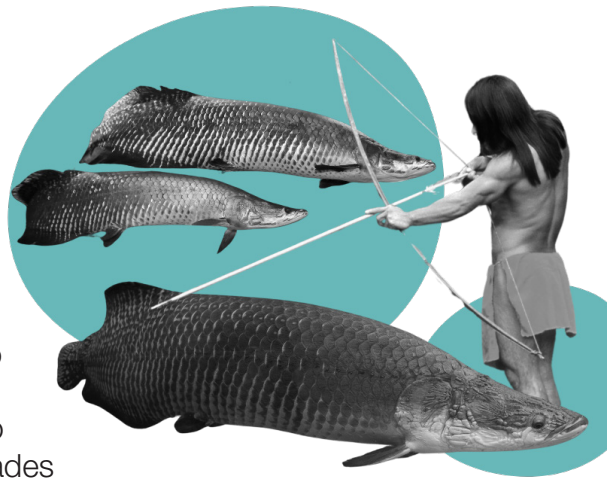
O Projeto Ochroma tem demonstrado um enorme potencial para transformar a realidade das comunidades da região do Médio Madeira. No entanto, para que o projeto continue a avançar e alcançar seu pleno potencial, o financiamento adequado se apresenta como um dos principais desafios a serem superados. A escassez de recursos limita a capacidade de expansão do projeto e impede a implementação das soluções em um número maior de comunidades que poderiam se beneficiar das práticas sustentáveis propostas.

A atuação do projeto se dá em duas frentes complementares. A primeira é a pesquisa científica focada no desenvolvimento do bioextrato de pau-de-balsa como alternativa ao mercúrio na mineração artesanal. Essa vertente tem sido financiada majoritariamente por instituições públicas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Rondônia (Fapero). Universidades públicas, como a Universidade Federal de Rondônia (Unir), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Militar de Engenharia (IME), também desempenham um papel estratégico, fornecendo suporte técnico e científico para o avanço dos estudos.

A segunda frente é a implantação de viveiros comunitários, essenciais para viabilizar a transição para modelos produtivos mais sustentáveis e diversificados. Todavia, essa etapa depende de financiamento do setor privado, de organizações do terceiro setor e de parcerias com o setor público.[10] Empresas privadas já contribuíram para a construção de três viveiros, e novas colaborações estão sendo buscadas para expandir essa infraestrutura.

A transição das comunidades para práticas sustentáveis é gradual e exige um compromisso contínuo e multifacetado. A adaptação a novos modelos produtivos exige mais do que a implementação de técnicas agroflorestais; exige um processo contínuo de capacitação, suporte técnico e acompanhamento dedicado. Além disso, é indispensável o investimento em ações de sensibilização e educação ambiental, para que as famílias compreendam os benefícios das alternativas sustentáveis e possam incorporá-las de forma duradoura. Comunicação eficaz e assistência técnica são pilares essenciais para que essa transição seja tanto estrutural quanto sustentável a longo prazo.

Lição 2: Comércio justo e gestão comunitária
Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc)



O modelo de gestão colaborativa dos recursos naturais, aliado aos princípios do comércio justo, oferece uma abordagem eficaz para conciliar conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, criando benefícios mútuos para as comunidades e promovendo a resiliência ecológica.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Estruturar o manejo sustentável do pirarucu por meio de práticas de cogestão e comercialização solidária, garantindo renda sustentável para comunidades ribeirinhas e promovendo a conservação dos estoques pesqueiros.
Problema	→	Altos custos de produção, desafios logísticos para comercialização do pescado, seca dos rios e aumento da pesca ilegal.
Local de atuação	→	Reserva Extrativista do Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, ambas no Amazonas
Estratégias-chave	→	Fortalecimento da comercialização solidária e integração dos produtores a mercados formais, implementação do manejo participativo e capacitação técnica para otimizar a cadeia produtiva.
Impactos gerados	→	Recuperação dos estoques de pirarucu, aumento da renda dos pescadores e fortalecimento da organização comunitária.
Parcerias estratégicas	→	Produtores, Coletivo Pirarucu, ICMBio, Fundo Amazônia Sustentável (FAS), Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (Amaru), Fundo JBS pela Amazônia, Fundação Banco do Brasil e atores privados.
Perspectivas de futuro	→	Expansão da infraestrutura logística e de armazenamento, garantindo maior eficiência e redução de custos na comercialização do pirarucu; ampliação do acesso a mercados diferenciados, fortalecendo a rastreabilidade e agregando valor ao produto; diversificação das fontes de renda por meio da valorização de subprodutos do manejo sustentável e da integração com novas cadeias produtivas da sociobioeconomia.

Local de atuação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari

Reserva Extrativista do Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, ambas no Amazonas

II. Contexto e desafios enfrentados

“O pessoal veio atrás da promessa de uma vida melhor, de que iam trabalhar e extrair a borracha. A borracha estava em alta na época, aí eles foram ficando. Quanto mais trabalhavam e consumiam os itens que eram vendidos nos barracões dos donos dos seringais, mais a dívida deles aumentava. Essa era a estratégia dos patrões, como eles chamavam os empregadores, para mantê-los presos ali.”

– Ana Alice Oliveira de Britto, coordenadora de comercialização da Asproc

A história do Médio Juruá reflete uma trajetória de exploração e resistência. Durante os ciclos da borracha (1850-1912 e 1939-1970),[11] os seringueiros enfrentaram condições de trabalho marcadas pela dependência econômica e pelo endividamento imposto pelos barracões, em um sistema que os mantinha subordinados aos interesses dos seringalistas. Com a decadência da borracha, as comunidades passaram a enfrentar um isolamento extremo, com acesso limitado a bens, serviços e meios de subsistência. A chegada dos “regatões”[12] trouxe uma nova dinâmica de exploração, por meio de trocas desiguais, que mantinham as populações em situações de vulnerabilidade.

Esse cenário, no entanto, também impulsionou um movimento de luta e transformação. A fundação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), em 1994, representa um marco nesse processo. Criada em um contexto de marginalização social e econômica, a Asproc se consolidou como uma iniciativa coletiva liderada por ex-seringueiros e suas famílias, com o objetivo de romper as relações desiguais historicamente impostas e promover a autonomia das comunidades ribeirinhas.

Inspirada por princípios de governança comunitária, a Asproc desempenhou um papel central na mobilização das famílias para a criação de áreas protegidas, como a Reserva Extrativista do Médio Juruá (1997)[13] e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (2005).[14] Essas unidades de conservação, fruto do engajamento das comunidades locais e da parceria com a Igreja Católica, garantiram o direito à terra e estabeleceram novas formas de gestão territorial. Além de proteger os recursos naturais, elas impulsionaram o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, promovendo geração de renda sustentável e valorização dos saberes tradicionais.

O reconhecimento do território como um espaço comum, compartilhado por diversas comunidades, incentivou o cultivo de produtos como borracha e subprodutos como óleos vegetais, açaí, pirarucu e farinha de mandioca. Esses itens tornaram-se pilares da economia local, simbolizando uma transição de um modelo exploratório para outro mais sustentável e solidário.

III. Estrutura da iniciativa

“Em todos os nossos processos, a gente foca na questão da comercialização, sempre aliada à questão da sustentabilidade, do acesso à comunicação, da logística e, do saneamento, mas sempre tudo muito voltado para a comercialização e acesso ao mercado.”

– Ana Alice Oliveira de Britto, coordenadora de comercialização da Asproc

Desde sua fundação, a Asproc tem se dedicado a fortalecer a infraestrutura comercial como um pilar essencial para o desenvolvimento produtivo das comunidades ribeirinhas do Médio Juruá. A comercialização estruturada é o que viabiliza o manejo sustentável do pirarucu, tornando a atividade financeiramente viável para os pescadores e, ao mesmo tempo, garantindo a conservação da espécie. Esse modelo foi possível graças à criação do programa Comércio Ribeirinho da Cidadania Solidária (CRCS), que estabeleceu uma rede de comercialização comunitária, oferecendo suporte logístico e financeiro para que os ribeirinhos possam vender seus produtos sem depender de atravessadores.

Iniciado em 2007, o CRCS criou um sistema de cantinas comunitárias, hoje presente em quinze comunidades, incluindo catorze polos locais e um polo-sede em Carauari, beneficiando cerca de 2.000 ribeirinhos. As cantinas cumprem um papel fundamental na organização da produção e no abastecimento das comunidades. Além de fornecer mercadorias essenciais a preços acessíveis, funcionam como entrepostos para a comercialização da produção ribeirinha, incluindo o pirarucu manejado.

O modelo de manejo sustentável do pirarucu, adotado pela Asproc em 2011 e originalmente desenvolvido pelo Instituto Mamirauá – organização social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação –, foi desenvolvido em parceria com povos indígenas e populações tradicionais, combinando saberes científicos e conhecimentos locais para reverter o risco de extinção da espécie, ameaçada pela pesca predatória. A estratégia envolve um conjunto de ações coordenadas ao longo de cada safra, como o monitoramento dos estoques de pirarucu nos lagos, a definição de cotas de pesca sustentáveis e a captura conforme protocolos rigorosos.[15]

O escoamento da produção é realizado por meio da logística organizada pela Asproc, que utiliza barcos para recolher o pescado armazenado nas cantinas e transportá-lo até Carauari. Lá, o pirarucu é beneficiado e distribuído para diferentes mercados consumidores. Todo o processo conta com um sistema de rastreamento que assegura transparência na cadeia produtiva, garantindo sua origem sustentável e aumentando sua aceitação no mercado.

Uma das pontos fortes do modelo da Asproc é o pagamento imediato aos pescadores, viabilizado por um capital de giro crescente. Esse mecanismo assegura que os produtores recebam pelo seu trabalho no momento da entrega, reduzindo riscos financeiros e proporcionando previsibilidade para a continuidade da atividade. Ao disponibilizar recursos já no início de cada safra, o modelo permite que os pescadores cubram seus custos operacionais, se preparem para desafios, como eventos climáticos extremos, e mantenham a estabilidade da pesca manejada. Além de fortalecer a confiança na cadeia produtiva, o pagamento imediato incentiva a permanência dos manejadores na atividade, assegurando a sustentabilidade do sistema e ampliando seu impacto ao longo do tempo.

A organização comunitária em torno do manejo foi ampliada com a criação do Coletivo do Pirarucu, em 2014. Essa rede colaborativa reúne associações comunitárias, organizações governamentais e da sociedade civil, e tem o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimento, fortalecer práticas sustentáveis e contribuir para a proteção territorial das comunidades.[16] Com o amadurecimento da cadeia produtiva, a Asproc liderou o lançamento da marca “Gosto da Amazônia”, criada para valorizar e comercializar o pirarucu manejado. A iniciativa conectou diretamente os produtores aos mercados regionais e nacionais, agregando valor ao produto e permitindo sua venda a preços até 60% superiores aos do mercado convencional.[17] O reconhecimento internacional veio em 2024, com a certificação Fair Trade USA, que valida o compromisso com práticas de comércio justo e amplia as oportunidades de exportação.

IV. Impactos e resultados concretos

O manejo sustentável do pirarucu no Médio Juruá tem gerado impactos significativos, consolidando-se como uma referência em governança socioambiental e desenvolvimento integrado na Amazônia. Em 2022, a iniciativa envolveu diretamente 251 famílias, com uma receita anual de R$2,5 milhões. Esses recursos tem contribuído para melhorar a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas e fortalecer sua resiliência diante dos desafios ambientais e econômicos.

Um dos exemplos mais notáveis de impacto concreto é a comunidade São Raimundo. Utilizando recursos oriundos do manejo do pirarucu, a comunidade implementou um sistema de energia solar capaz de atender 50 famílias. O projeto, com um custo total de R$600 mil, foi viabilizado por meio de uma adiantamento de 50% do valor pela Asproc, reembolsado no ano seguinte com a produção oriunda do manejo. A instalação garante acesso contínuo à eletricidade, possibilitando o funcionamento de sistemas de bombeamento de água e conservação de alimentos, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e promover maior autonomia energética. Além disso, 12 cantinas comunitárias foram equipadas com energia solar, desempenhando um papel essencial na logística e comercialização de produtos como o pirarucu e o açaí.

No campo ambiental, os resultados também são expressivos. Entre 2011 e 2021, os estoques de pirarucu na região cresceram 853%, contribuindo para a proteção de 1.020.00 hectares de floresta e fortalecendo a integridade dos ecossistemas aquáticos e terrestres. O envolvimento das comunidades na gestão dos lagos tem sido decisivo não apenas para a recuperação da espécie, mas também para a redução da presença de infratores e da ocorrência de crimes ambientais, já que os próprios pescadores atuam na vigilância e na denúncia de ilícitos. Nesse sentido, o manejo beneficia outras espécies essenciais para o equilíbrio ecológico da região, como tambaquis, jacarés e quelônios, que compartilham os mesmos habitats.[18]

O sucesso do manejo de pirarucu também se tornou uma referência para outras cadeias produtivas que contribuem para a redução da pressão sobre os recursos naturais, como o manejo de sementes oleaginosas, a extração de látex e o desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Os avanços em saneamento básico representam outro marco importante. Por meio do projeto Sanear Amazônia, desenvolvido pela Asproc, foram implementados sistemas de captação de água da chuva, reservatórios individuais de 1.000 litros e banheiros privativos, beneficiando centenas de famílias. Essas soluções, adaptadas às condições da região amazônica, contribuem para a melhoria dos índices de saúde pública e para a redução das desigualdades estruturais, destacando-se como um exemplo premiado de inovação social.[19]

Do ponto de vista econômico, o manejo do pirarucu, aliado à valorização de subprodutos e à diversificação de cadeias produtivas, como a da borracha e do açaí, tem fortalecido a estabilidade financeira das comunidades. A eliminação de intermediários e o pagamento imediato aos pescadores ampliaram o poder de compra das famílias, possibilitando investimentos em bens duráveis, como geladeiras, freezers e antenas parabólicas. O acesso a políticas públicas políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), consolidou fontes estáveis de renda, enquanto a comercialização direta nas cantinas comunitárias reduziu em até 50% os custos dos produtos para as famílias.

O impacto acumulado dessas iniciativas posiciona o Médio Juruá como um território único na Amazônia. A integração entre

conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, sustentada por uma governança participativa, diferencia a região de outros territórios amazônicos, onde a ausência de estrutura e organização comunitária ainda é perceptível.

IV. Implementação e continuidade

O manejo sustentável do pirarucu no Médio Juruá enfrenta desafios complexos, mas também representa uma oportunidade única para consolidar um modelo de desenvolvimento socioambiental na Amazônia. Combinando inovação, governança participativa e colaboração entre comunidades, instituições e mercados, a iniciativa busca garantir a sustentabilidade da atividade e ampliar seus impactos positivos.

Entre os principais desafios, destacam-se questões logísticas e de infraestrutura para o armazenamento e transporte do pirarucu. A ausência de embarcações adaptadas com câmaras frigoríficas e a sobrecarga dos frigoríficos durante a safra aumentam os riscos de deterioração do produto e elevam os custos operacionais. Para mitigar esses entraves, a Asproc está investindo na construção de um entreposto frigorífico em Carauari (AM), que contará com o Selo de Inspeção Federal (SIF). Com capacidade para congelar até 250 toneladas de pirarucu por ano, a nova estrutura garantirá a qualidade do pescado e ampliará sua competitividade nos mercados nacional e internacional. Paralelamente, a associação pretende adaptar embarcações para o transporte refrigerado, reduzindo perdas e garantindo maior eficiência logística.

Contudo, os desafios da comercialização vão além da infraestrutura. A Asproc busca garantir um produto de alta qualidade e promover o reconhecimento do papel dos manejadores na preservação ambiental e no fortalecimento da economia comunitária.

Sensibilizar os mercados quanto à importância socioambiental do manejo sustentável é fundamental para que os pescadores sejam devidamente valorizados e recompensados. Esse reconhecimento é crucial para engajar as novas gerações, incentivando a continuidade da atividade e sua consolidação diante da crescente concorrência com cadeias produtivas não regulamentadas.

Por outro lado, a pesca ilegal, impulsionada pela alta demanda por pirarucu em mercados informais, representa uma ameaça significativa ao manejo sustentável.[20] A captura predatória, realizada sem critérios ambientais, compromete os estoques da espécie e afeta diretamente a economia das comunidades manejadoras, inclusive no que diz respeito ao preço e à concorrência. Enfrentar essa questão exige um esforço conjunto de associações, órgãos reguladores e consumidores, fortalecendo a rastreabilidade e garantindo que o pirarucu manejado seja diferenciado e valorizado no mercado.

O futuro da iniciativa depende da capacidade da Asproc de consolidar seus avanços e expandir seu impacto. A construção de uma logística eficiente e de estruturas adequadas de processamento, aliadas ao fortalecimento das cadeias produtivas regionais, possibilita o acesso a mercados qualificados, como se conseguiu com a exportação do pirarucu ao Canadá e à China, via Fish of Change.[21] Tal atuação em rede em prol da capacidade comercial será essencial para garantir que o manejo continue gerando benefícios econômicos e sociais às comunidades ribeirinhas. Ao mesmo tempo, é fundamental preservar os valores que norteiam a associação desde sua criação, promovendo a dignidade, a autonomia e a valorização dos extrativistas.

Lição 3: Inserção em mercados globais e valorização cultural
Cooperativa Kallari

Iniciativas que priorizam o protagonismo das comunidades na tomada de decisões e no controle das operações alcançam maior impacto e sustentabilidade. A experiência da Kallari destaca a importância do empoderamento local, com as comunidades assumindo a liderança em todas as etapas – do cultivo ao acesso a mercados globais. Esse modelo fortalece as economias locais, incentiva práticas sustentáveis e valoriza os conhecimentos tradicionais como diferencial competitivo no cenário internacional.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Criar um modelo econômico liderado por comunidades indígenas, baseado na produção sustentável de cacau e chocolate.
Problema	→	Concorrência com grandes corporações, pressão de atividades ilícitas, impactos dse mudanças climáticas nas plantações de cacau e exigências para o cumprimento de padrões para certificação e exportação.
Local de atuação	→	21 comunidades na região de Napo, no Equador
Estratégias-chave	→	Processamento e comercialização direta do cacau, fortalecimento da governança indígena e valorização do conhecimento tradicional.
Impactos gerados	→	Melhoria na renda dos produtores, fortalecimento da identidade indígena e reconhecimento global do modelo agroflorestal Kichwa.
Parcerias estratégicas	→	Produtores Kichwa, Fundação Jatun Sacha, Fundação Pachamama, Ministério da Agricultura, ONG Geo Schutz, clientes nacionais e internacionais, além de organismos multilaterais, como a ONU.
Perspectivas de futuro	→	Expansão da produção, consolidação em mercados internacionais e fortalecimento da governança territorial indígena.

Local de atuação da Cooperativa Kallari

21 comunidades na região de Napo, no Equador

Equador

II. Contexto e desafios enfrentados

A província de Napo, localizada na Amazônia equatoriana, é um território de rica biodiversidade e lar das comunidades indígenas Kichwa. Essas comunidades praticam há gerações o sistema agroflorestal chakra, um modelo ancestral que integra múltiplas espécies vegetais e culturas agrícolas em um equilíbrio com o meio ambiente. As chakramamas, mulheres que lideram o manejo desses sistemas, são guardiãs do conhecimento tradicional, transmitindo práticas sustentáveis de geração em geração e assegurando a integridade ecológica e cultural desse modelo.

Embora o Equador esteja entre os maiores produtores mundiais de cacau fino (alta qualidade),[22] grande parte da produção ainda segue a lógica tradicional da exportação de matéria-prima, impedindo que os agricultores agreguem valor ao próprio produto. Esse modelo perpetua desigualdades, uma vez que os produtores retém, em média, apenas 6% do valor final de uma barra de chocolate,[23] enquanto enfrentam altos custos de produção, barreiras logísticas, dificuldades para obter certificações e a forte presença de intermediários. A volatilidade dos preços internacionais agrava essa situação, muitas vezes tornando inviável cobrir sequer os custos básicos de produção, o que compromete a estabilidade econômica dos pequenos produtores.

O Equador não é um caso isolado. O crescimento da demanda global por cacau impulsionou a expansão da monocultura voltada à exportação, intensificando os impactos ambientais e sociais em diversos países da América Latina e da África. A conversão de florestas em plantações homogêneas reduz drasticamente a biodiversidade, tornando as lavouras mais vulneráveis a pragas e doenças, e aumentando a dependência de insumos químicos. Além disso, a pressão por maior produtividade em larga escala tem sido associada à exploração da mão de obra infantil e à violação de direitos trabalhistas – problemas recorrentes na cadeia global do cacau. No Equador, como em outros países produtores, essa lógica de mercado favorece grandes corporações em detrimento da estabilidade econômica dos agricultores e da sustentabilidade ambiental, ampliando os desafios enfrentados pelos pequenos produtores que buscam alternativas mais justas e sustentáveis.

Diante desse cenário, a criação da Cooperativa Kallari, em 1997, representou uma ruptura com a lógica tradicional da cadeia do cacau, abrindo um novo caminho para os pequenos agricultores da região. A iniciativa empoderou os produtores locais, permitindo-lhes assumir o controle de toda a cadeia produtiva – do cultivo sustentável nos sistemas chakra à comercialização direta em mercados globais.

III. Estrutura da iniciativa

A Kallari é uma cooperativa comunitária formada por 850 famílias Kichwa distribuídas em 21 comunidades e cinco distritos da região de Napo. Diferente da maioria dos produtores de cacau no mundo, a Kallari não apenas cultiva o cacau, mas também realiza todas as etapas de produção do chocolate, garantindo que o valor agregado permaneça dentro da comunidade. Esse modelo de controle da cadeia produtiva começa no cultivo do cacau e se estende até a distribuição do chocolate para comercialização, permitindo que os produtores tomem decisões coletivas e maximizem os benefícios econômicos e sociais do seu trabalho.

O processo produtivo tem início no cultivo sustentável do cacau, realizado por meio do sistema agroflorestal chakra. As árvores de cacau são cultivadas em consórcio com outras plantas nativas, como guayusa e baunilha, o que melhora a resiliência ecológica e resulta em um produto diferenciado no mercado internacional. O cultivo ocorre em pequenas parcelas familiares, gerenciadas por coletivos locais, o que assegura tanto a sustentabilidade quanto a preservação das tradições culturais.

Após a colheita, os produtores realizam a fermentação e a secagem das amêndoas de cacau, etapas essenciais para garantir a qualidade final do chocolate. Antes da criação da cooperativa, esses processos eram feitos de maneira dispersa e com pouca padronização. Com a fundação da Kallari, os agricultores passaram a ter acesso a capacitações técnicas que elevaram o padrão desses processos.

Na sequência, o cacau é processado em chocolate nas fábricas organizadas pela própria cooperativa em Quito. A Kallari investiu na fabricação de seus próprios produtos, como barras de chocolate, nibs e pó de cacau. Essa estratégia permitiu que os Kichwa mantivessem o controle sobre a qualidade e o preço do produto final, consolidando a cooperativa como um dos raros exemplos de organização indígena que domina a cadeia do chocolate, do cultivo à comercialização.

A entrada no mercado internacional foi viabilizada através de parcerias com o setor privado, que contribuíram para a construção das fábricas em Quito e a realização de treinamentos voltados à qualificação dos produtores. A cooperativa passou a fabricar e exportar produtos acabados.

A comercialização é organizada de forma coletiva, garantindo a distribuição equitativa dos lucros entre os membros da cooperativa. Além da venda de chocolate no mercado equatoriano, a Kallari alcançou mercados globais por meio de parcerias estratégicas com o setor privado, público e organizações do terceiro setor.[24]

A conquista de certificações como Fair Trade e EU orgânico assegurou preços mais justos e o reconhecimento da sustentabilidade da produção.

A governança da cooperativa é um dos principais fatores que explicam seu sucesso. As decisões estratégicas são tomadas em assembleias gerais, nas quais cada comunidade tem voz ativa. O conselho de administração, formado por representantes eleitos das comunidades, supervisiona as operações e assegura que os interesses coletivos sejam priorizados. Esse modelo participativo reforça a autonomia das comunidades e impede que o controle da produção seja transferido para agentes externos.

IV. Impactos e resultados concretos

No campo econômico, a Kallari revolucionou a forma como os produtores Kichwa comercializam seus produtos. Ao eliminar os intermediários, a cooperativa garante preços mais justos aos agricultores, permitindo que as famílias dupliquem sua renda média. Atualmente, a Kallari exporta diretamente para mercados nos Estados Unidos, Europa e Japão, onde os produtos certificados alcançam maior valor agregado. Além disso, a diversificação da produção – com o cultivo de guayusa, planta aromática medicinal, baunilha e artesanatos – ampliou as oportunidades de renda e proporcionou maior estabilidade econômica às comunidades. A cooperativa beneficia 850 famílias, totalizando cerca de 5.000 pessoas, assegurando um pagamento justo aos pequenos produtores. Ao adquirir o cacau por um valor superior ao de mercado,[25] a Kallari representa um marco relevante em uma região historicamente marcada pelo presença de atividades ilícitas [26]e altos índices de pobreza no Equador.[27]

O impacto social da Kallari é igualmente transformador. Ao preservar o sistema agroflorestal chakra, a cooperativa mantém viva a conexão ancestral dos Kichwa com a biodiversidade amazônica, promovendo uma integração harmoniosa entre cultura, economia e natureza. Esse modelo fortalece a identidade coletiva e assegura que o bem-estar da comunidade prevaleça sobre interesses individuais. A Kallari também promove a equidade de gênero: 60% de seus membros são mulheres que desempenham papéis centrais tanto na gestão das chakras quanto nas decisões estratégicas da organização.[28] A governança participativa, estruturada por meio de assembleias gerais com representação ativa de todas as comunidades, garante que as prioridades coletivas sejam respeitadas e que os benefícios sejam distribuídos de forma justa. A cooperativa tem se consolidado como uma força

motriz na valorização cultural e econômica da região, posicionando-se como uma das principais referências da Rota do Cacau – iniciativa promovida pelo governo equatoriano para destacar a relevância histórica, cultural e econômica do cacau no país.

Além disso, a Kallari foi pioneira na valorização do cacau amazônico e teve um papel decisivo na criação da Rota do Cacau no Equador, uma iniciativa governamental que promove o reconhecimento de produtores locais e fortalece o turismo sustentável. Ao integrar pequenos produtores em um modelo autônomo e ambientalmente sustentável, a cooperativa ajudou a posicionar a região de Napo no mapa global do cacau fino. Seu envolvimento na Rota do Cacau gerou maior visibilidade para o cacau cultivado na Amazônia equatoriana, ampliando o acesso a mercados diferenciados e fortalecendo o valor da produção agroecológica e do patrimônio cultural Kichwa.

Na dimensão ambiental, a Kallari desempenha um papel crucial na conservação da floresta amazônica. Ao incentivar o cultivo no sistema agroflorestal chakra, a cooperativa contribui para a preservação da biodiversidade e evita a expansão da fronteira agrícola, protegendo ecossistemas vulneráveis. O chakra amazônico também exerce uma função relevante na mitigação das mudanças climáticas, graças ao seu potencial de sequestro de carbono.[29] O uso exclusivo de práticas orgânicas e a ausência de insumos químicos reforçam o compromisso da cooperativa com a saúde do solo e a preservação dos recursos naturais.

V . Implementação e continuidade

A trajetória da Kallari está ancorada na articulação entre a produção de cacau e a melhoria da qualidade de vida das comunidades Kichwa, um equilíbrio que demanda inovação constante, planejamento estratégico e um compromisso inegociável com a justiça social e ambiental. A lógica de mercado do cacau e as pressões ambientais sobre a Amazônia impõem desafios permanentes, ao mesmo tempo que reforçam a relevância de modelos sustentáveis como o promovido pela Kallari há 28 anos.

O sistema agroflorestal chakra permanece como a espinha dorsal da estratégia da cooperativa. Entre suas metas prioritárias está o aumento da produtividade das chakras sem comprometer os princípios ambientais que sustentam o sistema. Para isso, o investimento em tecnologias agrícolas sustentáveis e a capacitação técnica contínua são medidas essenciais para enfrentar desafios como eventos climáticos extremos e a pressão por maior eficiência produtiva.

No âmbito social, a Kallari apresenta uma governança comunitária robusta e inclusiva. A valorização da participação das mulheres, que desempenham papéis centrais na produção e na gestão, e o fortalecimento de lideranças locais são pilares dessa abordagem. A transmissão de conhecimentos para as novas gerações é outro elemento fundamental, assegurando a continuidade do modelo como base produtiva e cultural.

A Kallari busca consolidar sua presença no mercado nacional e internacional por meio do fortalecimento de parcerias estratégicas e da diversificação de sua base de clientes. A qualidade e a sustentabilidade de seus produtos têm sido fatores determinantes para sua competitividade em mercados exigentes, permitindo ampliar o reconhecimento da cooperativa e consolidar sua marca como referência em cacau fino de aroma. Essa expansão não apenas gera novas oportunidades comerciais, mas também contribui para reposicionar as comunidades indígenas como agentes ativos na economia global.

A aposta em inovação, como o desenvolvimento de chocolates com ingredientes regionais e derivados de guayusa e baunilha, reflete uma estratégia de longo prazo que alia crescimento econômico à valorização cultural e ambiental, garantindo que o modelo produtivo se mantenha sustentável e alinhado aos princípios da cooperativa.

Lição 4 : Agroflorestas regenerativas e assistência técnica
Belterra Agroflorestas

A capacitação técnica em práticas agroflorestais regenerativas pode criar um ciclo virtuoso de recuperação ambiental e desenvolvimento econômico, demonstrando que a restauração de ecossistemas é não apenas uma solução baseada na natureza eficiente para o sequestro de carbono atmosférico, mas também uma fonte de oportunidades para as comunidades locais.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Regenerar áreas degradadas por meio da implementação de sistemas agroflorestais produtivos, promovendo uma transição sustentável para os agricultores.
Problema	→	Degradação de terras agrícolas, baixa produtividade das práticas tradicionais, falta de assistência técnica e acesso limitado ao mercado e crédito.
Local de atuação	→	Pará, Rondônia, Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais.
Estratégias-chave	→	Implementação de sistemas agroflorestais, assistência técnica a agricultores e viabilização de modelos produtivos escaláveis.
Impactos gerados	→	Aumento da produtividade em áreas regeneradas, diversificação de culturas e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis.
Parcerias estratégicas	→	Fundo Vale, Natura, Green Climate Fund, One Tree Planted, entre outros, atuando em conjunto no financiamento, desenvolvimento e escalonamento de soluções socioambientais alinhadas ao desenvolvimento territorial sustentável.
Perspectivas de futuro	→	Expansão para novas áreas, ampliação da geração de créditos de biodiversidade e carbono e fortalecimento de cadeias produtivas regionais e globais.

Local de atuação da Belterra Agroflorestas

Pará, Rondônia, Mato Grosso,Bahia e Minas Gerais

Brasil

II. Contexto e desafios enfrentados

A Belterra Agroflorestas foi fundada em 2020 em um contexto de crescente degradação ambiental, evidenciado pelos índices de desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiros.[30] Nessas regiões, vastas áreas foram convertidas em pastagens e monoculturas de baixa produtividade, intensificando a perda de biodiversidade e a pressão sobre os ecossistemas naturais.[31] Impulsionado pela pecuária extensiva, mineração ilegal e grilagem de terras públicas, esse processo compromete não apenas o equilíbrio ambiental, mas também as condições de vida dos pequenos e médios produtores rurais, principais agentes econômicos dessas regiões. Padrões semelhantes se repetem em biomas, como a Mata Atlântica, onde a perda de cobertura vegetal, a erosão do solo e a escassez hídrica agravam os desafios produtivos e ambientais.

Sem assistência técnica, acesso ao crédito e integração em cadeias produtivas de maior valor agregado, muitos produtores recorrem a práticas predatórias, agravando ainda mais esse cenário. A desconexão entre incentivos econômicos e a sustentabilidade ambiental perpetua um ciclo em que áreas degradadas permanecem improdutivas ou exploradas de forma não sustentável. Apesar do potencial da agricultura familiar para impulsionar cadeias produtivas regenerativas, a falta de apoio limita essa transição, restringindo sua contribuição para a restauração ambiental e o desenvolvimento econômico.

Foi nesse cenário que a Belterra Agroflorestas identificou uma oportunidade de inovação e impacto. Ao unir regeneração ambiental e agricultura sustentável em uma mesma proposta, a empresa desenvolveu um modelo de negócios que conecta agricultores a incentivos econômicos concretos. Em um país onde cerca de 14 milhões de hectares demandam recuperação da vegetação nativa,[32] a Belterra aposta na implementação de sistemas agroflorestais produtivos como estratégia para aliar conservação ambiental e geração de renda, promovendo um novo equilíbrio entre produção e restauração.

III. Estrutura da iniciativa

A Belterra Agroflorestas desenvolveu um modelo inovador e integrado que combina regeneração ambiental e transformação produtiva, fundamentado em alianças com pequenos e médios agricultores. A empresa atua ao lado de produtores interessados em transformar suas propriedades em territórios produtivos e sustentáveis, estabelecendo contratos que variam entre arrendamento, integração comercial e parcerias rurais. Para isso, adota Sistemas Agroflorestais (SAFs), adaptando os modelos produtivos às especificidades de cada bioma – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga.

Os SAFs oferecem múltiplas vantagens ambientais e econômicas, mas exigem uma complexidade técnica significativamente maior em comparação com as práticas agrícolas tradicionais, como os monocultivos. Essa transição representa um grande desafio para os agricultores, que muitas vezes reproduzem técnicas tradicionais e têm pouco acesso a novas tecnologias e processos de mecanização. Enquanto o monocultivo demanda conhecimentos mais lineares, os SAFs exigem o domínio de técnicas integradas que combinam cultivos de ciclos curtos e longos, manejo florestal, conservação de solo e biodiversidade. A gestão desses sistemas produtivos diversos, que podem incluir mandioca, banana, cacau, açaí e espécies madeireiras, demanda capacitação específica para seu planejamento, execução e monitoramento de resultados.

Reconhecendo essa barreira, a capacitação técnica foi identificada como um elemento fundamental pela Belterra. Junto aos produtores, a empresa oferece suporte na elaboração de planos de plantio, na

escolha das culturas e na identificação de fornecedores e mercados para os produtos. Esse acompanhamento técnico reduz os riscos da transição para sistemas agroflorestais e aumenta as chances de sucesso dos agricultores, garantindo viabilidade produtiva e econômica a longo prazo.

Os agricultores parceiros recebem também treinamento especializado em práticas regenerativas, como o uso de biocarvão, fertilização orgânica e manejo integrado de SAFs. Essas técnicas contribuem para a recuperação ambiental, aumentam a produtividade e diversificam as fontes de renda dos agricultores. Ao adquirir essas competências, os produtores passam a competir com atividades predatórias e de alto impacto ambiental, além de atender às exigências de mercados globais por rastreabilidade e sustentabilidade.

Outro aspecto fundamental do modelo da Belterra é a conexão com cooperativas locais. Essas organizações desempenham um papel importante na integração dos produtores a cadeias produtivas maiores e mais estruturadas. Por meio das cooperativas, os agricultores conseguem comercializar seus produtos em escala, acessar mercados regionais e globais e negociar melhores condições de venda. A Belterra também colabora com as cooperativas para criar redes de suporte técnico e logístico, ampliando o impacto das práticas regenerativas e promovendo o desenvolvimento comunitário a longo prazo.

A integração de soluções financeiras por sua vez, desempenha um papel importante, isso porque a Belterra atrai investimentos de diferentes setores para viabilizar o financiamento dos custos iniciais da implementação dos SAFs, que incluem desde a recuperação do solo até a instalação da infraestrutura necessária, reduzindo as barreiras financeiras que costumam dificultar a adesão dos produtores. Com essa abordagem, a transição para práticas regenerativas se torna mais acessível e escalável.

IV. Impactos e resultados concretos

A atuação da Belterra Agroflorestas demonstra que é possível implementar sistemas produtivos estrategicamente alinhados à geração de impacto social, econômico e ambiental. Por meio dos SAFs, a empresa restaura a vegetação nativa ao implantar cultivos integrados à floresta, que maximizam a produtividade e preservam o solo, diminuindo a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Esse modelo já beneficiou diretamente 249 famílias rurais e evidencia o potencial econômico da transição para práticas regenerativas. Segundo Valmir Ortega, fundador da Belterra, os SAFs podem gerar até 10 vezes mais renda líquida por hectare do que o cultivo de soja, e até 15 vezes mais que a pecuária extensiva.[33]

A Belterra também impulsiona uma transformação significativa ao incentivar a reconexão geracional com o campo. Ao integrar novas tecnologias e conhecimentos técnicos às práticas agroflorestais, a empresa promove a valorização do trabalho rural e a melhoria da qualidade de vida, estimulando a permanência das novas gerações e estreitando seus vínculos com a terra e a comunidade.

Outro aspecto crucial é a conexão dos agricultores com cadeias de valor sustentáveis e rastreáveis. A produção regenerativa permite o acesso a mercados de maior valor agregado, a diversificação das atividades e o fortalecimento da estabilidade econômica. As parcerias com cooperativas e redes de comercialização ampliam, ainda, as oportunidades de crescimento dos produtores.

Desde sua fundação, a Belterra já recuperou mais de 5.000 hectares de terras degradadas em sete estados brasileiros e plantou mais de 1,6 milhão de mudas de espécies florestais e agrícolas.[34] Suas ações contribuem para a regeneração de ecossistemas, a redução das emissões de carbono e a geração de créditos

de biodiversidade e carbono, promovendo a conservação dos recursos naturais e aumentando a resiliência ambiental.

V. Implementação e continuidade

A recuperação de milhões de hectares degradados no Brasil é um desafio complexo que exige soluções escaláveis e colaboração entre diversos setores. Para viabilizar essa transformação em larga escala, a Belterra captou R$27 milhões e já planeja uma nova rodada de financiamento no valor de R$50 milhões, garantindo recursos para expandir suas operações e fortalecer sua atuação.[35] Com a meta de restaurar 40 mil hectares até 2030, a empresa reforça a ideia de que regeneração ambiental e desenvolvimento econômico são complementares na construção de territórios sustentáveis e resilientes.

Outro pilar é a atuação da Belterra no mercado emergente de créditos de carbono e biodiversidade. Parcerias com empresas como a Amazon visam consolidar mercados confiáveis de créditos de carbono, posicionando o Brasil como um líder global na mitigação das mudanças climáticas.

A Belterra tem demonstrado seu potencial de alinhar práticas tradicionais agrícolas com inovações tecnológicas. Tecnologias como monitoramento via satélite, drones e inteligência artificial vêm sendo empregadas para mapear áreas críticas, acompanhar o crescimento das florestas e assegurar a rastreabilidade das atividades em tempo real. Integradas a plataformas de gestão e análise de dados, essas ferramentas contribuem para um planejamento mais eficiente, viabilizando escolhas mais assertivas de espécies, cronogramas de plantio ajustados e a utilização otimizada dos recursos naturais.

Garantir a restauração em larga escala exige mais do que financiamento pontual: requer um ambiente favorável ao desenvolvimento da agrofloresta e à consolidação de um ecossistema mais amplo de negócios voltados à restauração ambiental. Com esse objetivo, a Belterra conta com o Instituto Belterra de Inovação e Sustentabilidade, que atua em pesquisa e desenvolvimento, validando modelos produtivos, além de funcionar como aceleradora de iniciativas de impacto.

No eixo da criação de redes colaborativas e compartilhamento de conhecimento técnico e estratégicos, destaca-se o Ciclo de Diálogos Agroflorestais, criado em parceria com o Instituto Clima e Sociedade e o Fundo Vale. O projeto reúne empreendedores, especialistas e agricultores para discutir gargalos e oportunidades, promover impacto socioambiental positivo, e propor soluções coletivas. Os temas abordados incluem modelos de negócios, regularização fundiária e estruturação de cadeias produtivas, com o objetivo de fomentar a inovação e o ecossistema agroflorestal no Brasil.

O Instituto busca atingir públicos e territórios para os quais a Belterra ainda não possui modelos comerciais estruturados, como é o caso de terras de propriedade coletiva, atuando com recursos filantrópicos e assumindo diretamente a execução das ações de restauração ambiental. As duas estratégias – a da empresa, com seu modelo de negócio, e a do Instituto, sem fins lucrativos – atuam de forma integrada para maximizar o impacto positivo nos beneficiários.

Lição 5: Consolidação de cadeias de valor sustentáveis e rastreáveis
Rede Origens Brasil

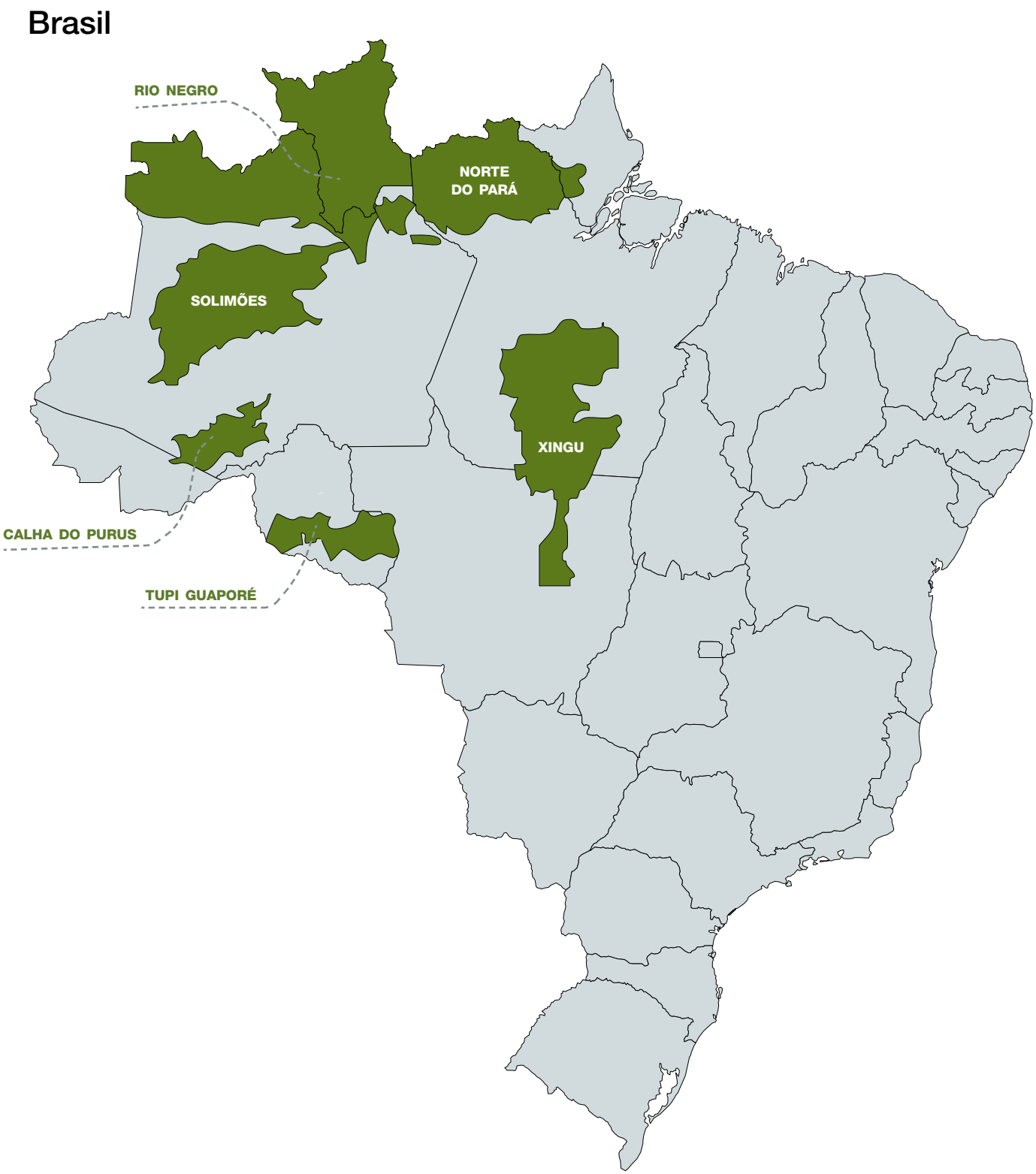
A consolidação de cadeias de valor sustentáveis, ancoradas na sociobioeconomia de base comunitária, depende da colaboração entre múltiplos atores, como o setor privado e organizações da sociedade civil, para desenvolver mercados mais responsáveis e fortalecer as economias locais.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Conectar produtores indígenas e tradicionais a mercados éticos, garantindo rastreabilidade, transparência e valorização dos produtos da sociobiodiversidade.
Problema	→	Dificuldades logísticas e comerciais dos negócios na Amazônia, pressões territoriais e impactos das mudanças climáticas.
Local de atuação	→	Cinco grandes territórios da Amazônia: Xingu, Norte do Pará, Rio Negro, Solimões e Tupi Guaporé, abrangendo 49 áreas protegidas.
Estratégias-chave	→	Implementação de sistemas de rastreabilidade, certificação de origem e conexão entre produtores e empresas comprometidas com a transição ecológica.
Impactos gerados	→	Maior transparência no mercado, expansão da demanda por produtos sustentáveis e geração de renda para as comunidades.
Parcerias estratégicas	→	Produtores e produtoras, povos indígenas, populações tradicionais, associações comunitárias, 92 instituições de apoio e empresas parceiras.
Perspectivas de futuro	→	Ampliação da rede, aperfeiçoamento dos sistemas de pagamento por serviços socioambientais, fortalecimento do selo de certificação e novos canais de comercialização.

Local de atuação da Rede Origens Brasil

Cinco grandes territórios da Amazônia: Xingu, Norte do Pará, Rio Negro, Solimões e Tupi Guaporé, abrangendo 49 áreas protegidas.



II. Contexto e desafios enfrentados

“Naquele momento, começou a surgir a ideia de um selo que trouxesse garantias e diferenciasse esses produtos. Além disso, os indígenas destacaram a importância de que suas histórias fossem valorizadas – e de que o mundo soubesse que, sob a copa das árvores, há muitas pessoas sustentando essa floresta em pé.”

- Luiz Brasi Filho, coordenador de mercado no Imaflora/Origens Brasil

A Rede Origens Brasil, criada em 2015 pelo Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), surgiu como resposta à necessidade de conectar comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas da Amazônia a mercados éticos. Seu principal objetivo é valorizar os modos de vida tradicionais, promover o uso sustentável dos recursos naturais e garantir a remuneração justa às cadeias produtivas locais. Ao destacar o papel central dessas comunidades na conservação da floresta, a Rede busca transformar dinâmicas de exploração em oportunidades de fortalecimento socioeconômico.

A iniciativa atua em territórios estratégicos da Amazônia, marcados por desafios que comprometem tanto a subsistência das comunidades quanto a integridade dos ecossistemas. Entre eles estão as Terras Indígenas Yanomami e Kayapó, pressionadas por atividades ilegais como desmatamento e garimpo. Além dessas ameaças, a precariedade da infraestrutura logística impõe barreiras ao transporte e à comercialização de produtos extrativistas, muitas vezes inviabilizando sua rentabilidade para pequenos produtores. A presença de atravessadores, que adquirem os produtos por valores desproporcionais, perpetua ciclos de exploração econômica e dificulta a valorização das cadeias produtivas sustentáveis.

Para enfrentar esses desafios, a Rede Origens Brasil foi concebida com base em um modelo colaborativo que envolve comunidades locais, organizações da sociedade civil e empresas. O desenvolvimento desse mecanismo teve início no Xingu, onde diálogos com associações indígenas, como a Associação Floresta Protegida, foram fundamentais para compreender as necessidades das comunidades e buscar estratégias para valorização de seus produtos no mercado. A partir dessa experiência inicial, mediada pelo ISA e pelo Imaflora, foi estruturado um mecanismo de rastreabilidade e certificação – representado pelo selo Origens Brasil –, que assegura a origem sustentável dos produtos e fortalece a conexão entre consumidores conscientes e comunidades produtoras. Esse modelo foi posteriormente expandido para outras regiões, respeitando as especificidades de cada território.

Atualmente, a Rede Origens Brasil abrange territórios como os rios Negro, Tupi Guaporé, Xingu, Norte do Pará e Solimões, algumas das regiões mais biodiversas da Amazônia. A Rede não apenas conecta esses territórios a mercados, como também contribui para preservar o patrimônio ambiental e cultural da Amazônia, garantindo que os produtos da sociobiodiversidade estejam associados à conservação da floresta e à valorização das populações que dela dependem.

III. Estrutura da iniciativa

A Rede Origens Brasil é uma iniciativa que conecta cadeias produtivas sustentáveis da Amazônia a mercados éticos, promovendo práticas de conservação ambiental e valorização cultural. No centro desse modelo estão comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, que produzem matérias-primas e itens da sociobiodiversidade oriundos de territórios protegidos. Essas comunidades são apresentadas a empresas dos setores de alimentação, moda, arte, decoração e cosméticos, comprometidas com práticas éticas de comércio, firmando contratos

que garantem remuneração justa e o reconhecimento da origem dos produtos. Essa articulação é fortalecida por 92 instituições de apoio e organizações comunitárias, cuja atuação histórica junto aos povos tradicionais têm contribuído para alinhar objetivos comerciais com a conservação ambiental.

Essas organizações desempenham um papel fundamental na integração de novos negócios à Rede Origens Brasil, iniciando esse processo com um diagnóstico dos territórios. A análise considera fatores como a localização em áreas protegidas, a existência de cadeias produtivas minimamente estruturadas, a presença de associações locais e a capacidade das comunidades de atender às demandas de mercado. Por vezes, a Rede já identifica demandas específicas, como o interesse crescente em produtos como o Cumaru, e busca territórios capazes de atender a essas demandas. Quando a cadeia produtiva ainda não está plenamente estruturada, a Rede atua para oferecer o suporte necessário para desenvolvê-la, possibilitando uma integração futura.

Como mediadora estratégica, a Rede Origens Brasil promove a integração entre comunidades tradicionais e empresas parceiras, adaptando práticas comerciais às realidades da região amazônica. Isso inclui ajustar condições de pagamento, cronogramas e fluxos de trabalho aos ciclos produtivos e aos modos de vida das comunidades, assegurando que a sustentabilidade ambiental e cultural não seja comprometida. Paralelamente, as comunidades recebem suporte técnico para melhorar a gestão, a organização e a precificação de seus produtos. Esse modelo busca equilibrar as exigências do mercado com a conservação dos territórios, promovendo uma economia sustentável e inclusiva.

A consolidação desse propósito se materializou na criação da marca Origens Brasil, em 2016, e de seu selo de certificação, que assegura rastreabilidade e autenticidade aos produtos. Por meio de uma plataforma digital proprietária,[36] a Rede atesta a rastreabilidade dos produtos desde a origem até o consumidor final, registrando informações detalhadas sobre os territórios de produção, o volume produzido, o preço justo e impacto socioambiental – dados que podem ser acessados pelos produtores, empresas e incorporados às suas métricas.

Cada produto certificado carrega um selo com um código QR, que permite ao consumidor acessar informações sobre a história do item, a comunidade produtora e o território de origem. Essa combinação entre tecnologia de rastreabilidade e valorização cultural confere autenticidade aos produtos e sensibiliza mercados e consumidores para os valores incorporados nos itens produzidos pelos guardiões da floresta.

A governança da Rede Origens Brasil é o alicerce que sustenta sua implementação e efetividade, reforçando os princípios de participação e colaboração presentes em todo o modelo. Composta por seis comitês territoriais, um comitê empresarial e um conselho gestor, essa estrutura reune representantes das comunidades, instituições de apoio e empresas parceiras. Tal arranjo possibilita um diálogo contínuo e estruturado, permitindo que os aprendizados de um território sejam adaptados e aplicados em outros.

IV. Impactos e resultados concretos

Desde sua fundação, a Rede Origens Brasil tem promovido transformações significativas nos territórios onde atua. Em termos econômicos, a Rede movimentou mais de R$ 23 milhões desde 2016, beneficiando diretamente 4.053 produtores cadastrados e impactando, de forma indireta, 16.212 pessoas.[37] No campo ambiental, tem desempenhado um papel relevante na conservação de 61 milhões de hectares de floresta, contribuindo para a manutenção da

biodiversidade e a valorização de territórios protegidos. Além disso, o sistema de rastreabilidade e autenticidade do selo Origens Brasil ampliou a visibilidade dos produtos e produtores, fortalecendo sua inserção em mercados éticos.

Mais do que números expressivos, a Rede se destaca por fomentar a autonomia das comunidades tradicionais. O processo de integração à Rede envolve a formalização e capacitação das organizações comunitárias, viabilizando suas operações e ampliando suas oportunidades de mercado. Esse fortalecimento estrutural contribui para a melhoria da gestão das cadeias produtivas já existentes e estimula o desenvolvimento de novas competências, como precificação, organização logística e gestão estratégica. Essa qualificação cria uma base sólida para que as comunidades ampliem suas perspectivas, acessem novos mercados e administrem seus negócios de maneira mais eficiente.

Um exemplo emblemático do impacto promovido pela Rede Origens Brasil é o Projeto Borracha Nativa, desenvolvido em parceria com a Mercur.[38] Ao longo de uma década, a iniciativa impulsionou significativamente a produção de borracha extrativista em Rondônia, que passou de 400 kg em 2023 para 4 toneladas em 2024. Mais do que uma relação comercial, o projeto estruturou uma ferramenta capaz de transformar a proteção dos ecossistemas em oportunidades de negócios rentáveis, permitindo que comunidades locais protejam seus ativos naturais. A construção participativa dos preços, ajustada às condições e necessidades das comunidades extrativistas, impulsionou a retomada do manejo sustentável da borracha em territórios como o Tupi-Guaporé, envolvendo comunidades indígenas e reforçando a conservação ambiental.

V. Implementação e continuidade

A Rede Origens Brasil enxerga a bioeconomia amazônica como um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, ao reunir conservação ambiental, valorização cultural e inovação econômica. Essa visão multidimensional demonstra que a conservação e o progresso não são forças opostas, mas complementares – e, quando bem integradas, podem impulsionar um modelo econômico resiliente e sustentável. Com sua abundância de recursos naturais e diversidade cultural, o Brasil está em uma posição única para liderar uma transformação global, tanto no campo econômico quanto climático.

O futuro da Rede está centrado na expansão para novos territórios e no aperfeiçoamento de mecanismos de pagamento por serviços socioambientais. Este projeto piloto, atualmente em estudo, visa remunerar comunidades locais pelo papel essencial que desempenham na manutenção da floresta em pé e na oferta de serviços ecossistêmicos. A iniciativa busca qualificar a geração de renda, ampliando os impactos positivos já observados nos territórios integrados à Rede.

No entanto, o avanço dessa agenda exige mudanças estruturais na forma como os negócios são conduzidos na Amazônia – e em como os diferentes atores se posicionam diante desse desafio. A continuidade e o sucesso da iniciativa dependem de uma aliança ampla e comprometida: governos devem fornecer incentivos e regulamentações claras; empresas precisam adotar práticas éticas e investir em relações de longo prazo; consumidores devem valorizar produtos sustentáveis; e comunidades locais devem seguir atuando como guardiãs da floresta, com o reconhecimento e apoio necessários.

Lição 6: Fomentando escalabilidade e suporte a empreendedores de impacto

Aceleradora Amaz

O apoio estratégico a empresas emergentes, aliado à criação de redes de investidores comprometidos com impacto socioambiental, pode impulsionar a escalabilidade das iniciativas de base comunitária, ampliando seus efeitos transformadores e promovendo mudanças duradouras nos territórios marcados por atividades ilícitas e degradação ambiental.

I. Visão geral da iniciativa

Dimensão		Descrição
Propósito	→	Fomentar negócios de impacto na Amazônia por meio de investimento, capacitação e conexões estratégicas.
Problema	→	Falta de financiamento e suporte a negócios sustentáveis na região; dificuldade de acesso a crédito; infraestrutura logística precária; e ausência de condições pré-competitivas para cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
Local de atuação	→	Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
Estratégias-chave	→	Aceleração de startups e negócios de impacto, investimento em empreendimentos sustentáveis e fortalecimento de redes de apoio.
Impactos gerados	→	Escala e replicabilidade de negócios sustentáveis, atração de investimentos para a bioeconomia e geração de empregos verdes.
Parcerias estratégicas	→	Fundo Vale, Instituto Clima e Sociedade, JBS pela Amazônia e outras organizações.
Perspectivas de futuro	→	Expansão do portfólio de negócios apoiados, maior integração com mercados globais e fortalecimento do ecossistema de bioeconomia.

Local de atuação da Aceleradora Amaz

Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Brasil

II. Contexto e desafios enfrentados

O desenvolvimento sustentável na Amazônia enfrenta desafios que limitam sua capacidade de se consolidar como um modelo econômico alinhado à conservação ambiental. Por décadas, os esforços nessa direção foram liderados principalmente por governos, academia e organizações da sociedade civil. Essas iniciativas tiveram papel crucial ao testar conceitos e implementar projetos locais voltados à conservação e à regeneração florestal. No entanto, frequentemente esbarraram na dificuldade de escalar soluções bem-sucedidas para transformar estruturalmente a economia regional.

Enquanto setores tradicionais, como a agricultura extensiva e a mineração, continuam atraindo volumes expressivos de investimento, os negócios associados à conservação e restauração florestal seguem com presença limitada – independentemente do porte, de micro a grandes empresas. Essa disparidade reflete a dificuldade de transformar projetos sustentáveis em empreendimentos escaláveis e financeiramente viáveis, destacando a necessidade de apoio contínuo e de um ambiente favorável ao desenvolvimento desses modelos.

Entre as cadeias produtivas com potencial para conciliar conservação ambiental e geração de renda estão o açaí, a castanha, o pirarucu e os sistemas agroflorestais. Contudo, todas enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua expansão. A escassez de investimentos consistentes em pesquisa, desenvolvimento e inovação, somada à precariedade da infraestrutura logística, limita sua competitividade frente a setores fortemente subsidiados, como o da soja e da celulose. Isso reforça a urgência de criar condições pré-competitivas que fortaleceçam as cadeias da sociobiodiversidade.

Outro obstáculo crítico é a fragmentação do ecossistema de negócios de impacto na região. A ausência de redes colaborativas robustas dificulta o acesso de empreendedores a serviços essenciais, como design, assessoria jurídica e técnica, além de infraestrutura para transporte e distribuição de produtos. Essa desconexão entre empreendedores, investidores, comunidades e fornecedores restringe o potencial das iniciativas sustentáveis de alcançarem escala e relevância.

No campo dos investimentos, o crescente interesse global por iniciativas na região amazônica esbarra em modelos tradicionais de financiamento, geralmente voltados a retornos rápidos e elevados. Esses modelos desconsideram a complexidade do contexto regional, que exige ciclos mais longos de maturação e um entendimento aprofundado das realidades locais. Esse desalinhamento compromete tanto as expectativas dos investidores quanto o desenvolvimento de um ecossistema de negócios resiliente e sustentável.

III. Estrutura da iniciativa

> *“Nosso principal objetivo é oferecer tudo o que o empreendedor precisa para fazer sua empresa crescer, porque, quando quanto mais a empresa cresce, maior é o impacto que ela gera. Por isso, só trabalhamos com negócios que geram impacto socioambiental positivo.”*
>
> **– Mariano Cenamo,**
> diretor executivo da Amaz

A aceleradora Amaz representa uma resposta estratégica às limitações estruturais que dificultam o crescimento de negócios sustentáveis na Amazônia. Criada em 2021 pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), a aceleradora foi concebida

para transformar projetos promissores em empreendimentos escaláveis e financeiramente viáveis, com foco em negócios que promovam a conservação ambiental e gerem renda para as comunidades locais. Sua abordagem se baseia em três pilares: capital, capacitação técnica e redes de relacionamento, formando uma base sólida para fomentar cadeias produtivas que valorizem a floresta em pé.

O aporte financeiro direto é um dos principais diferenciais da Amaz, que oferece um investimento inicial de até R$ 400 mil para cada negócio selecionado, garantindo o suporte necessário para o desenvolvimento das operações. Além disso, negócios com bom desempenho podem receber aportes adicionais de até R$ 600 mil, totalizando até R$ 1 milhão por empreendimento. Esse modelo é fundamental para que os projetos superem barreiras iniciais, como custos logísticos e operacionais elevados, e avancem para estágios mais robustos de crescimento.

Outro aspecto central de sua atuação é a conexão com financiadores. A Amaz entende que sua missão não é ser a única fonte de capital, mas atuar como catalisadora, conectando os negócios a uma rede ampliada de investidores nacionais e internacionais. Essa estratégia garante o acesso a recursos contínuos, viabilizando a expansão das operações e o aumento do impacto gerado.

Além do capital, a Amaz oferece capacitação técnica abrangente, auxiliando os empreendedores em áreas como planejamento estratégico, gestão de impacto, assessoria jurídica e contábil, além de marketing. Esses serviços, muitas vezes inacessíveis em regiões remotas, são viabilizados por meio de parcerias estratégicas com especialistas, permitindo que os negócios construam bases sólidas para competir em mercados exigentes.

O impacto socioambiental também é um aspecto relevante para os negócios escalados. Por isso, a Amaz auxilia os empreendedores a mensurar os impactos das iniciativas e a comunicá-los de forma eficaz a consumidores e investidores. A comunicação é fundamental para destacar os produtos amazônicos em mercados que valorizam a sustentabilidade e para justificar os custos associados à operação na região.

IV. Impactos e resultados concretos

A Amaz tem se consolidado como uma catalisadora de transformações estruturais na Amazônia, promovendo a restauração e o uso sustentável da floresta por meio de estratégias inovadoras e colaborativas. Combinando instrumentos financeiros flexíveis, programas de aceleração especializada e parcerias estratégicas, a Amaz conecta diversos atores do ecossistema para gerar impactos socioambientais significativos e duradouros. Em seus quatro anos de existência, a Amaz já avaliou mais de 500 negócios, pré-acelerou 28 e acelerou, com investimento direto, 13 iniciativas atuantes em setores como alimentos, cosméticos, sistemas agroflorestais e créditos de carbono.

A Amaz trabalha com dois perfis distintos de empreendedores: comunitários e aliados. Os empreendedores comunitários, oriundos das próprias comunidades amazônicas, desenvolvem negócios baseados nas oportunidades e necessidades locais. Com profundo conhecimento das dinâmicas regionais, enfrentam desafios em áreas como gestão, captação de recursos e expansão comercial. Para apoiá-los, a Amaz oferece capacitação técnica, acesso a mercados e conexões estratégicas, permitindo que esses negócios ampliem seu impacto e alcancem novos patamares.

Por outro lado, os empreendedores aliados, geralmente provenientes de grandes centros urbanos, trazem experiências consolidadas em gestão e inovação, mas muitas vezes carecem de conexões locais e de um entendimento

profundo das comunidades amazônicas. Para esses, a Amaz atua como ponte, ajudando a ajustar suas teses de impacto socioambiental e conectando-os a comunidades fornecedoras, mercados e investidores.

Exemplos concretos evidenciam o impacto dessa atuação diversificada. A Tucum, por exemplo, liderada por uma empreendedora carioca, transformou a venda de artesanato indígena em uma ferramenta de impacto social. Com o apoio da Amaz, a Tucum inaugurou uma loja no Rio de Janeiro, expandiu seu e-commerce e movimentou mais de R$ 500 mil em artesanatos de 20 territórios indígenas apenas em 2023. Seu modelo de precificação transparente assegura que 40% do valor pago pelos produtos seja direcionado às comunidades produtoras, fortalecendo sua renda e autonomia.

Outras iniciativas do portfólio reforçam essa missão, como a Cumbaru, que recupera pastagens degradadas por meio do manejo sustentável da castanha baru, e a Ekilibre Amazon, que transforma insumos florestais em cosméticos naturais, valorizando a floresta em pé. No setor de alimentos, a Manawara conecta a produção regional a consumidores conscientes, com produtos veganos e saudáveis, demonstrando a capacidade transformadora da bioeconomia.

Desde sua fundação, a Amaz já contribuiu para a conservação de 433.399 hectares de floresta e beneficiou diretamente mais de 750 famílias. Entre 2021 e 2023, seus investimentos diretos de R$ 3,95 milhões alavancaram outros R$ 19,8 milhões em rodadas de captação posteriores, consolidando sua posição como um trampolim para negócios de impacto.[39]

Ao promover a sinergia entre empreendedores, comunidades e investidores, a Amaz tem fortalecido negócios sustentáveis e pavimentado o caminho para um ecossistema mais robusto e colaborativo.

V. Implementação e continuidade

A Amaz tem se empenhado em consolidar um ecossistema de negócios de impacto na Amazônia que seja robusto, colaborativo e resiliente, mas reconhece que esse esforço ainda está em processo de construção. Desde o lançamento de seu programa piloto de aceleração, em 2018, a organização alcançou avanços expressivos, mas ainda enfrenta desafios estruturais significativos, como a falta de integração entre os diversos atores que poderiam fortalecer essa rede. A criação de uma economia sustentável e inclusiva na região exige esforços contínuos para alinhar interesses, fomentar sinergias e superar barreiras históricas que limitam o desenvolvimento.

Com uma visão de longo prazo, a Amaz está estruturando um segundo fundo de investimento, focado na ampliação de seu impacto até 2030, com metas ambiciosas, como a conservação de 10 milhões de hectares e o benefício direto a milhares de famílias. A iniciativa envolve um programa inovador de apoio a negócios desde sua concepção, estruturando um portfólio diversificado que contempla três frentes principais. A primeira busca fomentar negócios comunitários, atuando junto a associações, cooperativas e ONGs para transformar iniciativas locais em empreendimentos sustentáveis. A segunda frente se concentra em transformar pesquisas científicas conduzidas por universidades e institutos em negócios viáveis baseados nos ativos da sociobiodiversidade amazônica. A terceira frente atrai empreendedores experientes de outros setores e regiões, oferecendo suporte para que desenvolvam soluções inovadoras voltadas à realidade da Amazônia.

Essa estratégia visa construir uma rede diversificada de negócios de médio porte em estágio inicial, que funcione como referência para novas gerações de empreendedores, demonstrando que é possível aliar sucesso econômico à conservação ambiental e inclusão social.

Escalar a bioeconomia na Amazônia: Recomendações para a sustentabilidade e prosperidade na região

As seis iniciativas apresentadas ao longo desta publicação representam experiências distintas conectadas por pontos em comum. Embora cada uma responda aos desafios do contexto amazônico com abordagens distintas, elas compartilham pontos de convergência que evidenciam o papel fundamental das comunidades na manutenção da floresta em pé e na estruturação de alternativas econômicas viáveis.

O primeiro conjunto de iniciativas, ligadas à academia e às organizações de base, demonstra como a valorização dos conhecimentos tradicionais pode ser o ponto de partida para soluções que conciliam práticas sustentáveis com o desenvolvimento econômico, tendo a gestão comunitária como pilar para sua continuidade e fortalecimento.

O Projeto Ochroma ilustra essa dinâmica ao transformar o pau-de-balsa em uma alternativa ambientalmente segura ao mercúrio na mineração artesanal, criando novas oportunidades econômicas para comunidades historicamente marginalizadas. No Médio Juruá, a Asproc, por meio do manejo sustentável do pirarucu, comprova que a cogestão dos recursos naturais pode gerar não apenas benefícios ambientais, mas também maior autonomia produtiva e resiliência para as populações ribeirinhas. Já a experiência da Kallari reforça que práticas agroflorestais ancestrais podem ser uma vantagem competitiva em mercados internacionais, demonstrando que modelos que integram conservação ambiental e valorização cultural são capazes de reposicionar os povos indígenas no mercado global.

O segundo conjunto de iniciativas, composto pela Rede Origens Brasil, Belterra e Amaz, evidencia que o fortalecimento de redes e o entendimento das dinâmicas dos negócios amazônicos abrem caminhos para a consolidação da bioeconomia na região. Essas experiências revelam que a criação de cadeias produtivas sustentáveis depende não apenas da produção em si, mas de uma infraestrutura institucional e de mercado que garanta sua viabilidade e crescimento no longo prazo. Um dos principais aprendizados que elas trazem é que a integração entre produtores, mercados e investidores é essencial para que negócios sustentáveis superem os desafios estruturais e se tornem competitivos.

A Rede Origens Brasil mostra que a rastreabilidade e a transparência podem ser mais do que mecanismos de controle – são também instrumentos de valorização e fortalecimento da sociobiodiversidade, garantindo que os produtos da floresta em pé cheguem a mercados comprometidos com comércio justo e gerem benefícios concretos às comunidades produtoras. A Belterra ensina que regeneração ambiental e produção agrícola não são excludentes, desde que apoiadas por modelos bem estruturados que

conciliem conservação e segurança econômica para os produtores. Já a Amaz evidencia que o fortalecimento da bioeconomia se beneficia da construção de um ecossistema de negócios de impacto, onde os empreendedores tenham acesso a financiamento, suporte técnico e articulação com redes estratégicas.

Mais do que iniciativas isoladas, essas experiências apontam que a transição para uma bioeconomia robusta e regenerativa na Amazônia exige condições estruturais que garantam a viabilidade e a expansão desses modelos. Em comum, todos buscam gerar valor para as comunidades locais, e sua continuidade pode ser ampliada por mecanismos de financiamento acessíveis e compatíveis com os ciclos produtivos da floresta, reduzindo a necessidade de práticas predatórias.

Outros fatores abordados nos casos, como a capacitação técnica e a governança comunitária, podem desempenhar um papel relevante ao ampliar a autonomia das populações locais na gestão de seus territórios e cadeias produtivas. Além disso, a construção de redes de apoio e a integração entre setores – comunidades, empresas, academia, investidores e poder público – contribuem para um ambiente de negócios mais favorável a modelos produtivos sustentáveis e competitivos. Essas experiências reforçam a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico, comércio justo, valorização cultural e preservação da floresta.

Para que estas experiências se fortaleçam e novas possam surgir, apresentamos um conjunto de recomendações voltadas para os setores público e privado, tanto em nível local quanto global:

1. Direcionar investimentos para negócios regenerativos e comunitários, por meio de mecanismos financeiros acessíveis aos pequenos produtores. A oferta de capital paciente[40] para iniciativas de bioeconomia de pequeno e médio porte deve ser acompanhada de assessoria técnica para garantir o cumprimento dos requisitos para o apoio financeiro. Além disso, os modelos de governança precisam ser adaptados à realidade local, com a participação ativa de comunidades indígenas e tradicionais.

2. Investir em infraestrutura adaptada à bioeconomia amazônica. Melhorias em transporte, armazenamento e conectividade digital são fundamentais para reduzir os custos logísticos das cadeias produtivas sustentáveis e ampliar seu acesso a mercados qualificados.

3. Fortalecer a rastreabilidade e transparência nas cadeias produtivas. É essencial implementar sistemas que garantam a autenticidade e a origem sustentável dos produtos, utilizando tecnologias acessíveis e integradas às cadeias produtivas locais.

4. Estimular modelos de comércio e relações justas entre produtores e consumidores, garantindo que comunidades e pequenos empreendedores tenham maior controle sobre seus produtos, preços e canais de venda.

5. Fortalecer a capacitação e a troca de conhecimentos. Promover redes de aprendizado entre comunidades, pesquisadores e empreendedores fortalece a autonomia local e estimula a inovação em práticas produtivas sustentáveis.

6. Apoiar lideranças comunitárias e ampliar a governança participativa. Fortalecer a organização social na gestão de cadeias produtivas e territórios, garantindo que as decisões respeitem os modos de vida tradicionais e promovam justiça socioambiental.

7. Fortalecer campanhas de sensibilização sobre o valor da sociobioeconomia. Incentivar o consumo responsável e ampliar a conscientização sobre os impactos positivos dos produtos da floresta em pé, criando uma demanda sustentável e consciente.

Para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, estimular a inovação e viabilizar a transição para modelos econômicos regenerativos em territórios pressionados por atividades ilícitas lucrativas, os mecanismos de fomento à bioeconomia precisam ser eficazes para as comunidades locais. É fundamental que incentivos financeiros e regulatórios sejam projetados levando em conta como serão percebidos por pequenos produtores e comunidades extrativistas, desde a formulação até a implementação e o monitoramento.

Essas medidas têm o potencial de gerar impactos positivos de longo prazo, conciliando conservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico inclusivo. O desafio, agora, é transformar essas experiências de sucesso em referências para um novo paradigma econômico para a Amazônia – um modelo no qual a floresta em pé e seus povos sejam os protagonistas da inovação e da prosperidade sustentável.

Anexo

Metodologia de seleção e abordagem dos casos

A metodologia adotada para a elaboração desta publicação foi desenvolvida com o objetivo de identificar boas práticas e lições que evidenciem como a bioeconomia e as soluções baseadas na natureza podem impulsionar o desenvolvimento sustentável em comunidades amazônicas. O processo foi estruturado em três etapas principais — seleção, coleta de dados e análise — com o objetivo de garantir a representatividade da amostra, a qualidade da informação e a consistência nos resultados.

Seleção

A seleção priorizou iniciativas que oferecem alternativas econômicas sustentáveis por meio do uso de produtos da sociobiodiversidade e sistemas agroflorestais, como resposta aos impactos provocados por cadeias ilícitas. As iniciativas escolhidas apresentavam forte componente comunitário, caracterizado pelo protagonismo local, pela mobilização social e pela formação de alianças com atores comprometidos com o desenvolvimento comunitário de longo prazo – elementos considerados centrais para a implementação e a continuidade das ações.

A abordagem metodológica adotada reconhece a interseção entre os conceitos de bioeconomia, sociobioeconomia e soluções baseadas na natureza (SBN), considerando suas diferentes aplicações e contextos, sem reduzi-los a definições únicas e rígidas. Esses conceitos estão interligados e em constante evolução, refletindo distintas perspectivas regionais, políticas e econômicas. O objetivo foi garantir que os casos selecionados refletissem a complexidade das dinâmicas socioeconômicas e ecológicas envolvidas na transição para uma economia mais sustentável e inclusiva.

Entre os casos analisados, destacam-se tanto iniciativas consolidadas, como a Asproc e os Chocolates Kallari, reconhecidas por seus impactos duradouros, quanto projetos mais recentes, como a Belterra Agroflorestas e o Projeto Ochroma, notáveis por seu potencial de inovação, replicabilidade e escalabilidade. Também foram incluídas plataformas articuladoras, como a Rede Origens Brasil e a Aceleradora Amaz, pelo papel estratégico que desempenham na ampliação de impactos de iniciativas em desenvolvimento.

Os critérios de seleção consideraram a relevância das práticas frente aos desafios socioambientais locais, os impactos sociais e econômicos gerados, a sustentabilidade no longo prazo e o potencial de adaptação e replicação em outros contextos. Também foram avaliados aspectos como a área de atuação, as parcerias estabelecidas e as estratégias de financiamento adotadas para cada iniciativa.

Coleta de dados

A coleta de dados integrou abordagens qualitativas e quantitativas por meio da combinação entre análise documental e entrevistas semiestruturadas. Foram examinados relatórios institucionais, artigos acadêmicos, publicações especializadas em bioeconomia, estudos de caso e documentos técnicos relacionados às iniciativas estudadas, formando uma base informativa robusta e bem fundamentada. As entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de um roteiro comum, foram realizadas com lideranças e membros das iniciativas, permitindo captar perspectivas aprofundadas sobre os desafios enfrentados, as soluções implementadas e as lições aprendidas ao longo do processo.

Além disso, consultas complementares com especialistas contribuíram para contextualizar a análise e validar as interpretações apresentadas. Os dados coletados foram sistematizados a partir da transcrição de entrevistas e da organização temática do conteúdo, assegurando uma visão integrada e aprofundada dos casos estudados. Sempre que possível, foram priorizadas fontes atualizadas.

Análise dos Casos

A análise dos casos foi guiada por um roteiro estruturado que permitiu compreender as dinâmicas, especificidades e impactos das iniciativas selecionadas. O primeiro passo consistiu na investigação do contexto e da história de cada projeto, incluindo suas origens, os fatores que motivaram sua criação e os desafios socioeconômicos e ambientais enfrentados. Essa etapa revelou questões estruturais recorrentes, como a pressão de atividades ilegais, a degradação ambiental e a ausência de infraestrutura adequada – elementos que frequentemente ameaçam a viabilidade dessas iniciativas.

Outro aspecto central da análise foi o engajamento comunitário, avaliado com base na participação ativa das comunidades locais no desenvolvimento e execução das iniciativas. Foram consideradas as estratégias adotadas para mobilização e fortalecimento comunitário, como capacitações técnicas e processos participativos que colocam as populações locais no centro das decisões. Esse engajamento foi identificado como fator determinante para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo das ações, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo local e da resiliência das comunidades frente aos desafios externos.

Também foi analisada a forma como as iniciativas estruturaram suas estratégias de financiamento e parcerias. As fontes de recursos acessadas resultam, em grande parte, de parcerias com empresas, organizações da sociedade civil e governos – articulações que se mostraram fundamentais para viabilizar as operações e garantir a continuidade das ações. Outro diferencial foi a adoção de modelos de governança participativa, que integram diferentes atores em decisões estratégicas e asseguram maior transparência e responsabilidade na gestão dos projetos.

Um ponto crítico explorado na análise foi o impacto das atividades ilegais nas regiões onde as iniciativas atuam, incluindo desmatamento, exploração econômica e degradação ambiental. Os casos analisados demonstraram que práticas sustentáveis podem representar alternativas econômicas viáveis para as comunidades, ao mesmo tempo em que ajudam a mitigar os efeitos das cadeias ilícitas. As inciativas se destacaram por fomentar cadeias produtivas que competem diretamente com atividades ilegais, demonstrando que desenvolvimento sustentável e conservação podem, sim, caminhar juntos.

Por fim, a análise considerou as perspectivas futuras das iniciativas, com destaque para os próximos passos, desafios e oportunidades. Líderes e membros das comunidades destacaram a importância de expandir as ações para novos territórios, fortalecer cadeias produtivas já estabelecidas e explorar mecanismos inovadores, como pagamentos por serviços ambientais. Também foram identificadas barreiras, como os altos custos logísticos e a necessidade de uma articulação mais eficiente entre os diferentes atores envolvidos. Apesar desses desafios, os casos analisados reforçam o potencial de replicação e escalabilidade de experiências bem-sucedidas.

Ao longo desse processo, as entrevistas e a análise documental foram fundamentais para captar a complexidade das dinâmicas locais e extrair lições que podem inspirar estratégias mais amplas. Os casos demonstram como a integração entre comunidades, empresas, governos e sociedade civil pode gerar impactos duradouros e transformar realidades locais, ao mesmo tempo em que contribui para os objetivos globais de sustentabilidade.

Notas de fim

1. Para fins deste estudo, define-se mineração ilegal como a extração de recursos minerais realizada sem autorização legal ou em desacordo com a legislação vigente, incluindo atividades em áreas protegidas ou reservas indígenas, sem licenciamento ambiental ou que utilizam métodos proibidos. No Brasil, a mineração é regulamentada pelo Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967) e pela Lei nº 7.805/1989, que dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira. Além disso, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 176, estabelece que as jazidas e demais recursos minerais pertencem à União, sendo sua exploração permitida apenas mediante concessão ou autorização governamental, respeitando as normas ambientais e os direitos das comunidades impactadas. Para mais informações, acesse o Novo Código de Mineração e a Lei nº 7.805/1989

2. Fonseca, D. R. O garimpo de ouro no rio Madeira durante a década de 1980 segundo a percepção de um garimpeiro. Revista Eletrônica de Ciências Humanas - Afros e Amazônicos, v. 2, n. 4, 2021. Acesso em: 12 dez. 2024.

3. MapBiomas (2021). Nota técnica sobre garimpo no Rio Madeira. Acesso em: 12 dez. 2024.

4. Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (Pnuma). Por que o mercúrio ainda é uma ameaça à saúde humana e planetária? Acesso em: 12 fev. 2025.

5. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), 2022. Sobre mercúrio metálico. Acesso em: 12 fev. 2025

6. Portal Gov.br (2024). Funai, PF e Ibama destroem 223 dragas de garimpo no rio Madeira (AM). Acesso em: 2 fev. 2025. Revista Veja (2024). MPF abre novas ações para combater o garimpo ilegal na Amazônia. Acesso em: 2 fev. 2025.

7. García-Cossio, F. et al (2017). Artisanal mining and the use of plant diversity. Revista Facultad Nacional de Agronomía - Medellín, v. 70, n. 2, pp. 8213-8223.

8. Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (2023). Contaminação por mercúrio no Brasil: um desafio crescente. Acesso em: 2 fev. 2025.

9. Para mais informações sobre mineração ilegal e suas dinâmicas na Amazônia, veja: O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta, Instituto Igarapé (2022). Acesso em: 2 fev. 2025.

10. A construção dos viveiros tem sido realizada, em grande parte, pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com o apoio da Prefeitura de Manicoré e da Secretaria de Agricultura, Produção e Abastecimento do município. O projeto também conta com a colaboração das universidades Unir, IME e UFRJ, além do financiamento da Fapeam e da Fapero e parcerias com empresas privadas, como a Bemol.

11. Guimarães, D. F. da S. et al (2022). The production of space and socio-environmental relations in the Middle Juruá: the construction of another governance. Research, Society and Development. Acceso en: 16 abril 2025.

12. O “regatão” é um comerciante ambulante que percorre centros regionais e comunidades ribeirinhas, negociando mercadorias com pequenos produtores e comerciantes locais, geralmente em troca de produtos agrícolas e extrativistas. Para mais detalhes, ver: McGrath, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2. Acesso em: 12 fev. 2025.

13. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Resex Médio Juruá. Acesso em: 2 fev. 2025.

14. Governo do Amazonas. Decreto nº 25.039, de 2005 – Criação da RDS Uacari. Acesso em: 2 fev. 2025.

15. Em 1999, o Instituto Mamirauá desenvolveu o primeiro modelo de manejo comunitário do pirarucu na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas. O sucesso da iniciativa levou à sua adoção como política pública pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no mesmo ano. Para mais detalhes, veja: O Gigante Amazônico: manejo sustentável de pirarucu. Acesso em: 2 fev. 2025.

16. O Coletivo do Pirarucu articula diversas iniciativas de manejo sustentável distribuídas pelos rios Purus, Negro, Juruá e Solimões, regiões historicamente impactadas por atividades ilegais, como pesca predatória, o desmatamento e as invasões. O manejo inclui uma etapa essencial de proteção territorial, realizada por equipes locais responsáveis pelo monitoramento de rios e lagos, com o objetivo de coibir invasões e ilícitos ambientais.

17. Gosto da Amazônia. O Coletivo do Pirarucu é fruto da união. Acesso em: 2 fev. 2025.

18. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Pirarucu: sustentabilidade, economia e conservação. Acesso em: 12 fev. 2025.

19. A Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) foi responsável pela implementação do projeto piloto Sanear, na Resex do Médio Juruá, em 2007, com apoio da Petrobras e parceria técnica da Universidade de Brasília (UnB). O projeto foi ampliado em 2014, influenciando políticas públicas de saneamento rural na Amazônia. Em 2015, o programa Sanear Amazônia foi reconhecido com o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Acesso em: 12 fev. 2025.

20. WWF Brasil (2017). Assessoria técnica à implementação da estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do pirarucu manejado em lagos naturais do Acre. Acesso em: 2 fev. 2025.

21. O estado do Amazonas é atualmente o maior comprador de pirarucu de manejo sustentável. No entanto, iniciativas como a organização não governamental Fish of Change – que utiliza a técnica de fly fishing para educar e empoderar comunidades – buscam expandir o mercado para outras regiões do Brasil e também para o exterior. Para mais informações, veja Instituto Juruá. Fish of Change visa romper as fronteiras do mercado nacional e levar o pirarucu de manejo sustentável para o mundo. Acesso em: 2 fev. 2025.

22. Ministério da Agricultura e Pecuária. Martins dos Santos, G. B. et al. Mercados de cacau fino. Acesso em: 2 fev. 2025.

23. Fairtrade Foundation. Gibson J. Cocoa – Farmers and Workers. Acesso em: 2 fev. 2025.

24. A entrada no comércio internacional foi facilitada por investimentos e parcerias estratégicas. A Fundação Jatun Sacha desempenhou um papel essencial no financiamento inicial e na capacitação técnica dos produtores. O apoio do Fundo Equatoriano-Canadense e da União Europeia ajudou a estruturar a cadeia produtiva e garantir a certificação do cacau fino. Empresas do setor privado, como Scharffen Berger Chocolate e a Cooperação Técnica Alemã-GIZ, forneceram assistência técnica e desenvolveram mercados para os produtos da cooperativa. O empresário Stephen McDonnell, fundador da Applegate Farms, investiu US$250.000 na criação da Kallari Chocolate Company, garantindo infraestrutura e acesso a mercados premium. Santopietro, J. The New York Times (2008). When Chocolate Is a Way of Life. Acesso em: 5 fev. 2025.

25. A Kallari paga aos pequenos produtores US$ 135 por quintal de cacau, um valor 30 dólares acima do oferecido por comerciantes locais no Equador e 12,7% superior ao preço mínimo estabelecido pelo selo Fairtrade. Em comparação com o mercado global, onde pequenos produtores da África Ocidental recebem, em média, US$ 85 e US$ 100 por quintal, a Kallari garante uma remuneração de 35% a 60% maior. Infobae (2023). El cacao, un ingrediente más de una ciudad turística que vende felicidad en Ecuador. Acesso em: 13 fev. 2025.

26. Sumaúma (2023). Mineração ilegal na Amazônia equatoriana financia narcotraficantes. Acesso em: 2 fev. 2025.

27. Prensa Latina (2024). Napo, província com os mais altos níveis de pobreza no Equador. Acesso em: 9 abril 2025.

28. International Institute for Environment and Development (IIED). Poso, C. (2020). Climate change resilience via production that preserves biocultural heritage: Producer organization – Artisanal Producers Association of Agricultural and Livestock Goods of Napo – Kallari. Acesso em: 2 fev. 2025.

29. Estima-se que um hectare de cacau cultivado no sistema chakra amazônico armazene entre 140 a 206 toneladas de carbono por hectare no solo, além de cerca de 30 toneladas por hectare na biomassa aérea, o que representa entre 42% e 52% do carbono presente em uma floresta primária na mesma região. Para mais informações, consulte a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Chakra Amazonica (2023). The Amazonian Chakra: a biocultural production system for food sovereignty and sustainability in the Ecuadorian Amazon, 2021. Acesso em: 2 fev. 2025.

30. MapBiomas (2021). Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020. Acesso em: 2 fev. 2025.

31. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 2023. Áreas de agricultura e pastagem aumentaram 417% na Amazônia desde 1985. Acesso em: 2 fev. 2025.

32. Conservation International Brasil (2024). CI-Brasil na COPBIO: Atualização do Planaveg – Brasil lança novo plano para a restauração de 12 milhões de hectares até 2030. Acesso em: 2 fev. 2025.

33. O Globo (2023). Uma agrofloresta pode faturar 15 vezes mais que a pecuária, diz ex-diretor do Ibama que fundou empresa de recuperação ambiental. Acesso em: 2 fev. 2025.

34. Belterra (2024). 2º Relatório de Impacto Socioambiental Belterra 2024 - Setembro/2024 - September 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.

35. Folha de São Paulo (2025). Brasileiro é eleito Empreendedor Social do Ano pela Fundação Schwab em Davos. Acesso em: 21 jan. 2025.

36. A plataforma digital da Rede Origens Brasil possui diferentes níveis de acesso, permitindo que cada grupo envolvido utilize o sistema de acordo com seu papel na cadeia produtiva. Empresas acessam dados de rastreabilidade e registram compras; populações tradicionais e povos indígenas cadastram sua produção; organizações comunitárias e instituições de apoio acompanham e validam as informações inseridas; e consumidores têm acesso a dados públicos por meio do QR Code presente no selo da Rede. Para mais informações, ver: Plataforma Digital Origens Brasil. Acesso em: 2 fev. 2025.

37. Rede Origens Brasil (2023). Relatório Anual Origens Brasil

38. Mercur. Projeto Borracha Nativa. Acesso em: 2 fev. 2025.

39. Amaz - relatório 2024

40. Capital paciente: Investimento de longo prazo voltado para negócios de impacto ou iniciativas sustentáveis que precisam de mais tempo para gerar retorno financeiro.

Expediente Institucional

Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho
Cofundadora e Presidente

Robert Muggah
Cofundador e Chefe de Inovação

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Leriana Figueiredo
Diretora de Programa

Maria Amélia L. Teixeira
Diretora de Operações

Aline Louise Queiroga de Araújo,
Diretora adjunta de comunicação e advocacy

Laura Trajber Waisbich,
Diretora adjunta de programa

Carolina Torres Graça,
Diretora de programa (Green Bridge Facility)

Ficha técnica

Coordenação Geral:
Melina Risso
Maria Eugênia R. Trombini

Autora:
Fernanda Harumi O. Martins

Gestão de Produção:
Juliana Maian

Edição e Tradução
Débora Chaves

Projeto Gráfico
Raphael Durão
Julia Venegas

Como citar:

INSTITUTO IGARAPÉ. Como transformar a economia na Amazônia. Rio de Janeiro. Instituto Igarapé, 2025. Disponível em: https://igarape.org.br/publicacoes/

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios nas áreas de natureza, clima e segurança no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Apoio:

NICFI Norway's International Climate and Forest Initiative

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
igarape.org.br

Assessoria de Imprensa
press@igarape.org.br

Redes Sociais

facebook.com/institutoigarape
x.com/igarape_org
linkedin.com/company/igarapeorg
youtube.com/user/InstitutoIgarape
instagram.com/igarape_org

igarape.org.br

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank